



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**

**ATA N.º 06/2017**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO**

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:**

Dado já haver quórum, vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal.

Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara os Senhores Deputados, e as demais entidades e público aqui presente.

Passo a palavra à Senhora Secretária da Mesa para comunicar a esta Assembleia as ausências e as substituições, e como sabem há uma ata que não pode ser votada por todos os eleitos, dado ser uma ata do mandato anterior.

**----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Luísa Belchior disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez, muito bom dia a todos, antes dessas informações eu não podia de deixar de endereçar uma palavra de sincero agradecimento a todos por ter merecido a vossa confiança nesta eleição para secretariar esta Assembleia. Dizer – vos, desde logo, que para mim é uma honra e que poderão contar sempre com o meu empenho e a minha disponibilidade.

**Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações.**

Foram feitas as substituições dos seguintes Membros:

*Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo* é substituída, por *Mário da Cunha Pereira*

*Isabel Maria Branco Barreira* é substituída, por *Graciete Cláudia Alves Ramos*.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, *Rui Assis Melo*, é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, *Rute Marisa Pinto Guedes Medeiros*.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas, *Mário Augusto Morais*, é substituído pelo Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Mascarenhas, *Manuel Alcino Gomes*.

**DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas.**

**----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Muito Bom dia a todos permitam-me nesta minha primeira intervenção na posição que agora ocupo, gostaria de agradecer à Assembleia Municipal a honra que me conferiu para o desempenho de Secretário da Mesa, funções que exercerei com imparcialidade e isenção e com o maior rigor e empenho na dignificação deste importante Órgão Municipal, a todos muito obrigado.

Gostaria também de dar as boas vindas aos novos eleitos desta Assembleia Municipal, particularmente aqueles que exercem funções pela primeira vez, e também a todos os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta desejando a todos um bom mandato.

Vamos então proceder à votação das atas.

**1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª Sessão Ordinária de 8 de setembro e da 5.ª Sessão Ordinária de 21 de outubro de 2017.**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar a ata da 4.ª Sessão Ordinária de 8 de setembro e da 5.ª Sessão Ordinária de 21 de outubro de 2017.**

**1.º Período de Intervenção do Público**

**2 – 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís Guimarães* disse:  
Há alguém do público que queira intervir:

----- O Senhor *José Maria Faustino da Cunha* disse:

Muito bom dia a todos.

Muito bom dia a todos sou *José Maria Faustino da Cunha*, residente em Vale de Gouvinhas e sou Presidente da Assembleia de Freguesia de Vale de Gouvinhas. Como voz dos eleitores de Vale de Gouvinhas quero expressar a V. Ex.ª no sentido que o Executivo tome conhecimento que as populações rurais, principalmente os mais idosos e necessitados, além do isolamento a que estão sujeitos são condenados à imobilidade arrastando-se com as suas dores entre as quatro paredes das suas casas não á qualquer plano de mobilidade entre esta sua casa e a cidade, nem para uma consulta médica. Na anterior legislatura tive a oportunidade de como membro desta Assembleia Municipal de expor esta situação e de sugerir um sistema de transportes a pedido com marcações prévias numa central. Este sistema está já a funcionar em diversos concelhos e seria uma boa expectativa para 2018 se a Câmara Municipal de Mirandela adotasse medida equivalente, grato pela atenção dispensada fico na expectativa da reparação desta lacuna social. Muito Obrigado. Tenho dito.

----- O Senhor *Mário Augusto* disse:

Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, sou Mário Augusto, ex.- Presidente da Junta de Freguesia das Múrias, venho aqui por dois motivos:

1º - Em 2008 pedi à Câmara Municipal de Mirandela um calcetamento na minha freguesia, nas Múrias e Regodeiro, mas este pedido foi só de palavra. Mas palavras leva-as o vento e foi isso que sucedeu.

Assisti a reuniões, conversas com o empreiteiro (Pinto Azevedo de Penafiel) e o senhor Presidente da Câmara, no qual terminaram os dois, que seria paga uma certa quantia quando a obra estivesse ao meio e no final da obra o resto só que isso não aconteceu.

Também ficou combinado que a Câmara transferia essas verbas para a conta da Junta ou seja para a CGD, a Câmara transferiu-me uma quantia de vinte mil euros, que eu de imediato entreguei ao empreiteiro, bem como outro de quinze mil e outro de dez mil, isto em 2008.

Um dia eu e o empreiteiro fomos à Câmara para receber, e nada.

Depois vieram as eleições e a Câmara sempre assumia o compromisso de pagar, só que só pagou aquelas três cotas de quarenta e cinco mil mas faltava o resto, pois o total era setenta e dois mil euros.

Depois meti à Câmara um ofício a pedir trinta mil e esse subsídio foi aprovado mas sem data de pagamento, só que nunca me deram o dinheiro, e o que aconteceu? Juros em cima e agora a dívida já ronda os cinquenta mil.

Na passada quarta-feira tive uma reunião com a atual Presidente da Câmara Drª Júlia, a qual me respondeu que não há provas e eu dou-lhe toda a razão, pois isto fui tudo conversas de boca, mas isto não foram contas minhas mas sim de quem mandava na altura.

Eu fiz aquela obra, senão a atual Presidente da Junta viria pedir essa obra à Senhora Presidente, mas como a obra está feita eu até acho justo que a atual Presidente assuma o pagamento dessa obra, mas a Senhora Presidente é que sabe já que é ela que entende e manda.

Eu quando deixei a Junta ficou em caixa, ou seja na CGD vinte e cinco mil.

Agora o Tribunal até queria hipotecar a Junta, e eu até achava justo que isso acontecesse pois eu até nem sei a quem pertencesse a Junta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís Guimarães* disse:

Peço-lhe para terminar dado que já ultrapassou o limite de tempo, mas vou pedir ao Executivo que faça esse esclarecimento por escrito.

Vamos dar início aos trabalhos da Ordem do Dia desta Assembleia.

**3.- Eleição/nomeação dos Representantes da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:

Solicito aos senhores Porta-voz / Líder dos Grupos Municipais para apresentarem as listas para as diversas eleições.

Ficou decidido:

- Lista A – apresentada pelo Grupo Municipal do PS
- Lista B - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD

Perante esta informação vamos dar início à votação, os senhores Deputados vão ser chamados por ordem de eleição, devendo os votos serem depositados na urna.

**3.1- Na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (eleição de 4 elementos pelo método de Hondt);**

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:

Informo os Senhores Deputados que para esta eleição só votam os membros eleitos diretamente.

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A - Luís Augusto de Melo Guimarães; José António Costa Ferreira; José Manuel Trovisco; Jorge Humberto Correia Fernandes;

Suplente: Luísa Maria Almeida Torres Belchior.

Lista B.- Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto; José Manuel de Lemos Pavão; Jorge Augusto Pires; Nuno Miguel Silva Magalhães.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou com 17 votos a favor na Lista A e 14 votos a favor na Lista B nomear para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), efetivos do PS, *Luís Augusto de Melo Guimarães* e *José António Costa Ferreira* pelo PSD *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto* e *José Manuel de Lemos Pavão*, como suplentes *José Manuel Trovisco* PS, *Jorge Augusto Pires* PSD, *Jorge Humberto Correia Fernandes* nomeado pelo PS, *Nuno Miguel Silva Magalhães* PSD.

**3.2 - No Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto de Trás-os-Montes 1 - Nordeste, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro (1 elemento por eleição).**

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A- Rui Filipe Pacheco Carrazedo.

Lista B - Carlos Alberto Ventura Marques.

Tendo sido a Lista B, a mais votada. Ficou estabelecido que o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto de Trás-os-Montes 1-Nordeste seria representado por *Carlos Alberto Ventura Marques*.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia deliberou com 31 votos a favor na Lista B, 29 votos a favor na Lista A, eleger o membro eleito da Assembleia Municipal, *Carlos Alberto Ventura Marques*, para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto de Trás-os-Montes 1-Nordeste, proposto pela Lista B, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.”

**3.3 - Conselho Desportivo Municipal de Mirandela.**

----- Foram presentes para votação duas listas::

Lista A - José Manuel Trovisco.

Lista B - Nuno Miguel Silva Magalhães.

Tendo sido a lista B, a mais votada. Ficou estabelecido que o Conselho Desportivo Municipal de Mirandela seria representado por *Nuno Miguel Silva Magalhães*.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou com 31 votos a favor na lista B, 29 votos a favor na lista A, eleger o membro eleito da Assembleia Municipal, *Nuno Miguel Silva Magalhães*, para o Conselho Desportivo Municipal de Mirandela, proposto pela Lista “B”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

**3.4 - Eleição de um representante para a Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do PDM -Plano Diretor Municipal;**

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A - Luísa Maria Almeida Torres Belchior .

Lista B - Nelson Manuel Sousa Teixeira .

Tendo sido a lista B, a mais votada. Ficou estabelecido que a **Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do PDM - Plano Diretor Municipal** seria representado por *Nelson Manuel Sousa Teixeira*.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou com 31 votos a favor na Lista B, 29 votos a favor na Lista A, eleger *Nelson Manuel Sousa Teixeira* para a Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do PDM -Plano Diretor Municipal, proposto pela Lista “B”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.”

### 3.5 - Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal nomeou para o Conselho Municipal de Segurança pelo PS *Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo*, PSD *Rui Miguel Costa de Sá*, CDS *Ricardo Luís de Oliveira Fidalgo* e CDU *Jorge Humberto Correia Fernandes*.

### 3.6 - Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Juventude.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal nomeou para o Conselho Municipal da Juventude pelo PS *Débora Amparo Pinheiro Pereira*, PSD *Nelson Manuel Sousa Teixeira*, CDS *Ricardo Luís de Oliveira Fidalgo* e CDU *Jorge Humberto Correia Fernandes*.

### 3.7 - Nomeação de quatro cidadãos representantes de cada partido com representação na Assembleia Municipal para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal nomeou para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pelo PS *Lídia Maria Mota Noura*, PSD *Otilia Raquel Fernandes Lima*, CDS *Sandra Grilo* e CDU *Jorge Humberto Correia Fernandes*.

### 3.8 - Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para a Comissão Eventual de Revisão do Regimento da AMM.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal nomeou para a Comissão Eventual de Revisão do Regimento da AMM, pelo PS *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita*, PSD *Humberto António Cordeiro*, CDS *Virgílio António Barbosa Tavares* e CDU *Jorge Humberto Correia Fernandes*.

### 3.9 - Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para a Comissão Permanente

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal nomeou para a Comissão Permanente, pelo PS *Rita Bárbara Pires Messias*, PSD *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto*, CDS *Virgílio António Barbosa Tavares* e CDU *Jorge Humberto Correia Fernandes*.

## 4 Eleição de um Presidente de Junta para:

### 4.1 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP.

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A - Vítor Manuel Correia.

Suplente – Vanda da Assunção Carvalho Preciso.

Lista B – Bernardino Manuel Pereira.

Suplente - Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso.

Tendo sido a lista B, a mais votada. Ficou estabelecido que seria Delegado do Município de Mirandela aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu **Bernardino Manuel Pereira**, Suplente **Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso**, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou com 31 votos a favor na Lista B, 29 votos a favor na Lista A, eleger o Presidente da União de Freguesia de Avantos e Romeu **Bernardino Manuel Pereira**, para Delegado do Município de Mirandela, aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Suplente **Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso** propostos pela Lista B, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

#### 4.2.- Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A – Vítor Manuel Correia.

Lista B - Márcio André Valoura Teixeira.

Tendo sido a lista A, a mais votada. Ficou estabelecido que o **Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal** seria representado por **Vítor Manuel Correia**.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou com 31 votos a favor na lista A, 29 votos a favor na lista B, eleger o membro da Assembleia Municipal, **Vítor Manuel Correia**, para o **Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**, proposto pela Lista “A”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

#### 4.3 - Conselho Municipal de Educação.

----- Foi presente para votação lista única. Ficou estabelecido que o **Conselho Municipal de Educação** seria representado por **Maria Luísa Deimãos Lopes**.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou com 43 votos a favor na lista B, 8 votos brancos e 9 votos nulos, eleger o membro eleito da Assembleia Municipal, **Maria Luísa Deimãos Lopes**, para o **Conselho Municipal de Educação**, proposto pela Lista “B”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

#### 4.4 - A Comissão Municipal da Defesa da Floresta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto;

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A - Nuno José Gonçalves Nogueira.

Lista B – António Manuel Abambres Martins.

Tendo sido a lista A, a mais votada. Ficou estabelecido que a **Comissão Municipal da Defesa da Floresta** seria representado por **Nuno José Gonçalves Nogueira**.

----- Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou com 30 votos a favor na lista A, 29 votos a favor na lista B, e um voto em branco, eleger o membro da Assembleia Municipal, **Nuno José Gonçalves Nogueira**, para a **Comissão Municipal da Defesa da Floresta**, proposto pela Lista “A”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

#### 4.5 - O Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT).

----- Foram presentes para votação duas listas:

Lista A - Luís Carlos Parafitas Esteves.

Lista B - José Manuel de Carvalho Fernandes.

Tendo sido a lista A, a mais votada. Ficou estabelecido que o **Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua** seria representado por **Luís Carlos Parafitas Esteves**.

-----Este assunto mereceu da Assembleia Municipal, a seguinte apreciação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou com 31 votos a favor na lista A, 28 votos a favor na lista B, eleger o membro da Assembleia Municipal, **Luís Carlos Parafitas Esteves**, da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa para o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua, proposto pela Lista "A", apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Luís Guimarães** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Vou dar por encerrada a Assembleia, marcando a reabertura dos trabalhos para as 14.30 horas.

Muito boa tarde a todos vamos retomar os trabalhos desta Assembleia com o ponto 5 da nossa Ordem de trabalhos.

### Antes da Ordem do Dia

#### **5 - Período Antes da Ordem do Dia**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Luís Guimarães** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

As minhas cordiais saudações aos Membros do Executivo, aos Srs. Deputados Municipais e às demais Entidades e Público presente.

Um cumprimento especial ao novo líder do PSD Mirandela, **Paulo Pinto**, com as respetivas felicitações pela ascensão e a congratulação por tal cargo passar a ser exercido por um dos nossos deputados municipais.

Saúdo também o nosso Jornal Notícias de Mirandela na figura do seu Diretor, pelo incrível aniversário dos 60 anos de existência. Parabéns.

Também uma menção sentida, a alguém que há bem pouco tempo nos deixou, mas que várias gerações de Mirandelenses não irão esquecer, o para muitos de nós, venerável Padre Ribeiro.

Ora bem!

Estamos quase no fim do ano, mas ao mesmo tempo no início de um novo ciclo de trabalhos da nossa Assembleia Municipal.

Cumprimo-me em primeiro lugar, apresentar a todos as nossas desculpas e justificação pela data tardia desta Assembleia.

Pese embora a recomendação em Comissão Permanente para que tais situações se evitem no período entre o Natal e Ano Novo, após alguma pressão junto do executivo, tive que aceitar e reconhecer que a apresentação de um orçamento para um elenco que acabou de assumir funções, não é tarefa fácil e muito menos rápida

Por outro lado, dada a data da tomada de posse do executivo, sabemos que a lei confere ao executivo um prazo até 21 de Janeiro para tal (3 meses após a tomada de posse), o que implicaria termos de fazer uma reunião ordinária em Novembro ou Dezembro, e logo de seguida em Janeiro uma reunião extraordinária para aprovação do orçamento.

Tendo sido nós flexíveis ao atrasar até hoje, também o Executivo colaborou e mostrou boa vontade ao articular as coisas para podermos resolver com apenas uma reunião todo o processo, poupando tempo aos Srs. Deputados e muito dinheiro ao Município.

Espero e relevem esta decisão à mesa.

Mas, como referi, começamos um novo ciclo com diversas alterações em relação ao anterior mandato.

Alterações porque temos novos políticos no Executivo e necessariamente diferentes políticas, mas também muitas alterações entre os membros que compõem esta Assembleia.

Para muitos de nós é o iniciar de uma função altamente responsável, para a qual apreciaremos a preciosa colaboração dos mais veteranos, a fim de vermos facilitado o bom desempenho que estamos naturalmente empenhados cumprir.

Pela parte que me toca, dirijo-me desde já aos Srs. Deputados - **Diniz Veiga**, **Virgílio Tavares** e **Manuel Pavão**, a vós que presidistes a Assembleias Municipais, anunciando que qualquer reparo, indicação ou sugestão que entendam pertinente fazer, se construtiva, será para mim bem-vinda e merecerá o meu sincero reconhecimento.

O mesmo digo aos elementos que compuseram a mesa da Assembleia e ainda aqui se encontram presentes.

Também para os deputados repetentes, já habituados a estes trabalhos, solicito uma colaboração estreita em prol de uma Assembleia exemplar e prestigiada.

Para os novos elementos onde me incluo, desejo um desempenho grande e especialmente pleno de orgulho por tão delicada tarefa.

Junto com a documentação enviada foi uma cópia do Regimento Municipal que deve ser lido atentamente, dado tratar-se de uma ferramenta fundamental para todos, muito em especial para os iniciantes.

Srs. Deputados gostaria de começar por vincar bem, de que a composição da mesa da AM, esta mesa à vossa frente, não é do partido a ou b ou c, a mesa é composta por três de vós com um objetivo muito bem definido: 1º exercer a função de forma

isenta e rigorosa, 2º gerir os trabalhos com determinação, mas também com tolerância, 3º abster-se integralmente das disputas e querelas partidárias, 4º lidar, comunicar e acordar com as várias facções políticas de igual modo, abominando perentoriamente qualquer situação de privilégio a quem quer que seja, Partido ou Deputado.

A mesa, como sabem, persistirá enquanto a maioria assim o determinar, temos consciência disso, está no regimento ou também persistirá até que os próprios não decidam abdicar.

Esperamos desempenhar esta função não defraudando a maioria que nos elegeu, mas esperando também que a ação política das partes e o respeito institucional entre os vários órgãos, onde incluo o próprio Executivo, não nos desmotivem ao ponto de tomarmos a via da renúncia.

Como bem sabem, AM é um órgão deliberativo, mas também fiscalizador.

A sua real função é de uma importância extremamente elevada, responsável e determinante.

É, no entanto, um órgão cada vez mais desvalorizado na cena política nacional, facto pelo qual não estamos, nós Deputados Municipais, totalmente isentos de culpas.

Apenas e só com maior exigência e rigor nas tomadas de posição e na fiscalização ao Executivo, tentando ser bem-sucedidos na contribuição para uma boa gestão do Município, é que conseguiremos o reconhecimento e respeito que este órgão tem necessariamente de conquistar.

Ainda há bem pouco tempo comprovei mais uma vez esta crua realidade aquando do último congresso da ANMP.

Sendo essa uma Associação em que de igual modo os municípios são representados, Câmaras, Juntas e Assembleias, praticamente só os representantes das Câmaras compõem a mesa, fazem parte das direções e comando, sendo todos os outros (Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia), os parentes pobres da família.

Gostaria como é a função de quem ali se faz representar, de vos comunicar pormenorizadamente o teor da reunião trazendo boas novas e novas mudanças como compete a quem vai lá, comunicar-vos alguma coisa com conteúdo, mas não, para além da já alegada descentralização e autonomia do Poder Local, o que presenciei foi muita teoria, muitos contactos pessoais troca de elogios, bem como as conhecidas passerelles dos senhores de sempre, atrás do poder de agora.

Alguma razão terá o Deputado Manuel Pavão quando se insurge contra este estado de coisas, ao ponto de ter tomado a iniciativa de criar uma Associação de Assembleias Municipais.

A ideia é válida e louvável embora eu particularmente me não reveja nela. E não me revejo, pelo facto de entender que a melhor forma de nos impormos e termos voz, deve ser desenvolvida no órgão onde todos os Municípios já estão representado e que é nem mais nem menos que a ANMP.

*Poderão, no entanto, as duas coexistir... aliás elas já coexistem, tal como a Associação das Juntas de Freguesias, só faltando ser criada a Associação dos Presidentes das Câmaras...*

*Tantas Associações podem enfraquecer em vez de fortalecer, ou então terá de haver um trabalho concertado no sentido de se travar a luta em duas frentes.*

É esse o papel que eu vou tentar desempenhar na ANMP sempre que ali marque presença, tendo mesmo já iniciado contactos com muitos outros, que como eu não aceitam tal discriminação.

Srs. Deputados, este meu desabafo pretende apenas motivar-nos para que o nosso desempenho, que é um desempenho completamente altruísta, (pois não se pensará que são as senhas de presença o contributo que nos move...), venha a merecer o reconhecimento das Populações, do Executivo Camarário e de todo o Poder Político.

Neste campo, que nada tem a ver com as lutas partidárias locais lá de fora ou cá de dentro, uma velha máxima impera: unidos seremos mais fortes.

Para terminar permitam-me ainda outro desabafo;

Nós, Elementos da AM eleitos por sufrágio direto, nunca será demais lembrá-lo e relebrá-lo, somos para além do Executivo, das Juntas de Freguesia, das Empresas Participadas, dos Trabalhadores do Município e dos demais colaboradores, também Membros da Família Municipal.

Estou certo que esse espírito de Família Municipal é, para o bem e para o mal, comum a todos nós, pelo que não será demais esperarmos expectantes das demais partes, em particular do Executivo, a respetiva atitude de reciprocidade. Muito Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **“Voto de Pesar**

O Sr. Padre António Augusto Ribeiro nasceu em 27 de março de 1926, na freguesia de Marzagão, concelho de Carrazeda de Ansiães (há 91 anos).

Em 29 de junho de 1951 foi ordenado presbítero, celebrando a sua 1ª Missa Nova, em 15 de julho de 1951.

Em 1 de novembro de 1968 foi transferido da vila de Moncorvo para a cidade de Mirandela, permanecendo como pároco durante 40 anos.

Durante estes 40 anos, além da sua atividade paroquial e de professor dedicou-se com alma e coração a outras atividades:

- Promoveu o desporto escolar, fazendo convívios entre o liceu, agora escola secundária e a escola agrícola já extinta;
- No campo cultural, ensaiou diversos grupos teatrais quer com alunos do antigo liceu, onde era professor, quer com as crianças que frequentavam a catequese;

- Ensaçou corais da catequese paroquial e do antigo liceu, cujos grupos fizeram espetáculos em vários locais do distrito, onde receberam grandes ovações;
  - Fundou o C.N.E. (grupo de escuteiros), a menina bonita dos seus olhos, com o objetivo de manter a juventude em atividade e transformando o C.N.E. numa escola de virtudes para muitos jovens deste concelho;
  - Aguentou, apesar de não esconder a sua tristeza e rebeldia a divisão da paróquia da Srª da Encarnação em três paróquias;
  - Foi um lutador incansável, pela reconstrução da Igreja Matriz no mesmo local, depois da sua queda;
  - Foi um homem que contribuiu com o seu trabalho e dedicação para a história futura na nossa cidade;
- Mas em 31 de outubro de 2017 faleceu, Deus chamou-o para nova missão.

O Deputado Municipal Dinis Veiga, em reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017,

Propõe:

1 – Um minuto de silêncio, em memória ao Reverendíssimo Padre António Augusto Ribeiro, figura ilustre que ao longo destes 40 anos, contribuiu para o enriquecimento moral, humano e cultural dos mirandelenses.

2 – Que este voto de pesar seja enviado para:

- Os sobrinhos do Sr. Padre António Augusto Ribeiro;
- O Reverendíssimo Bispo de Bragança e Miranda D. José Cordeiro;
- A Comunidade Paroquial de Nossa Senhora do Amparo;
- O Pároco de Nossa Senhora da Encarnação;
- A Rádio Terra Quente;
- Publicação nos jornais locais;
- Publicação no Mensageiro de Bragança; Obrigado.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luis Guimarães disse:**

Senhores Deputados e todo o Público aqui presente vamos fazer um minuto de silêncio, em memória do Senhor Padre António Augusto Ribeiro.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Apresento as boas festas e dou os parabéns a todos os eleitos pela vitória obtida nas últimas eleições desejando um excelente trabalho para todos.

É com muita honra que assumo o terceiro mandato como deputada municipal deste concelho e cumprirei com lealdade e empenho as funções confiadas, tendo como princípio basilar a imparcialidade.

Estamos perante uma nova presidência desta Assembleia, a quem saúdo e desejo sucesso ao longo de todo o mandato.

Quero também louvar a presidência anterior assumida pelo Dr. Pavão que acompanhei ao longo de 8 anos, a quem dirijo uma saudação especial pela forma digna e exemplar com que sempre conduziu os trabalhos, bem como aos membros da mesa.

Estamos agora num novo ciclo político que irá representar com toda a certeza um novo paradigma para a vida em comunidade no concelho de Mirandela.

Tal como há 4 anos o Ex-presidente da Câmara, Sr. Eng.º António Branco, referiu nesta mesma sala, “*O povo é sábio*”. De facto, o povo provou que sabe viver em democracia. As alternâncias de poder são fundamentais para o aprofundamento e qualidade da democracia

Deixo aqui um louvor à atual presidente da CM, Dra Júlia Rodrigues e a todos os candidatos pelo excelente trabalho que fizeram. Não tenho dúvidas que também ao longo deste mandato, não pouparão esforços para fazerem o melhor pela cidade e pelas freguesias.

Há cerca de 10 anos atrás, iniciei a minha participação política, associando-me ao PS, que à data tinha uma representatividade de apenas 10% dos votos, sem qualquer vereador eleito.

Porque me associei ao PS? Acima de tudo porque vi na sua líder à época, Dra Júlia Rodrigues, alguém guiada por paradigmas com os quais me identificava, baseados na ética do carácter que incorpora princípios enraizados como a integridade, a humildade, a temperança, a coragem, a justiça, a paciência, diligência, a simplicidade, a modéstia e a regra de ouro que é “*não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti.*”

O que somos, comunica com muita mais eloquência do que o que dizemos ou fazemos, por isso, há pessoas em quem confiamos absolutamente mesmo não as conhecendo muito bem, precisamente porque sentimos essa força de carácter, pois há uma radiação constante do que a pessoa realmente é.

Esperamos que esta mudança promova transformações poderosas, impulsionando saltos qualitativos, tendo como faróis os princípios que governem o progresso e a felicidade das pessoas, formando o tecido social desta comunidade, que se espera uma comunidade civilizada, abrangendo as raízes de cada instituição e de cada família para que cá vivam, se mantenham e que prosperem.

Os princípios universais que são comuns a todos nós, eles podem ser mais enaltecidos ou mais obscurecidos e abandonados, tal como:

- O princípio da *imparcialidade* do qual se desenvolve a *justiça e a equidade*;
- A *integridade e a honestidade*, que criam a base da *confiança*.
- O princípio de *servir*, de dar uma contribuição;



- *Da qualidade e da excelência.*

- O princípio do *potencial*, que considera todos capazes, bastando para tal ter as mesmas oportunidades e que considera que todos temos, sem exceção, a capacidade *de evoluir e de crescer*, aprimorando os talentos de cada um.

Todos queremos evoluir e crescer, é importante termos isto bem presente, o que nos ajuda na *paciência, educação e encorajamento*.

Quando vejo que estes princípios são adotados para a conduta humana, então percebo que estamos no bom caminho, no caminho do sucesso e de promover a felicidade das pessoas. O mais incrível é que eles estão ao alcance de cada um de nós, pois são leis naturais e universais dos quais todos nós temos uma consciência inata de que eles existem.

A prova de que estes são os princípios verdadeiramente eficazes e sólidos para a busca de direitos inalienáveis como a vida, a liberdade, a procura da felicidade e o sucesso duradouro, basta imaginarmos como seria viver e praticar o seu oposto, ou seja a *parcialidade, a artimanha, a mesquinhez, a mediocridade e a degeneração*, como seria?

Graças a um bom diálogo, calmo, respeitoso e objetivo, fundamental para entender o ponto de vista do outro, é possível a vida democrática e a aceitação da oposição. É importante para o progresso e para a evolução, haver uma oposição forte, uma oposição consciente e que não tenha medo de expor as suas ideias os seus pontos de vista, debatendo sempre propostas e ideias mas respeitando sempre cada pessoa no seu todo.

É com o confronto de ideias que as sociedades evoluem, por isso a massa crítica é tão importante em cada comunidade, pelo que deve ser estimulada e jamais atacada ou insultada”.

----- O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:

**Senhor Presidente, Senhores Deputados.**

Em outubro as eleições autárquicas realizaram-se com serenidade e civismo, tendo os eleitores feito as suas escolhas encerrando-se este ciclo.

Agora compete-nos contribuir com o nosso trabalho para o desenvolvimento do nosso concelho.

Parabéns a quem venceu as eleições, parabéns a quem as perdeu, parabéns a todos aqueles que fazendo parte das várias listas não conseguiram ser eleitos, pois a democracia faz-se com a participação de todos e saúde psicológica para aqueles que se venderam por trinta dinheiros.

No entanto devemos lembrar que não há vencedores e vencidos definitivos. Esta é uma das maiores virtudes da democracia, servir sem nos servirmos, ter grandeza de alma para se encontrarem consensos, respeitar as ideias dos outros mesmo não abdicando das nossas, saber ouvir e atuar com elevação. Respeitando estes princípios estamos a contribuir para desempenhar as funções que nos foram dadas pelos nossos eleitores.

Mas no dia em que se realizou a posse dos eleitos senti uma revolta e uma indignação da forma como os eleitos da A. Municipal e os senhores Presidentes de Junta foram tratados.

Para não haver dúvidas, afirmo que a Mesa da Assembleia e o atual Executivo, não tem nada a ver com esta revolta e indignação.

Os Deputados Municipais e os senhores Presidentes de Junta são eleitos da mesma forma, como são eleitos os Membros do Executivo. Têm funções diferentes, mas têm a mesma dignidade e compromissos com os eleitores que neles confiaram o seu voto.

É perante a Assembleia Municipal que responde o Executivo, é na Assembleia Municipal que estão representadas todas as Sensibilidades, que conseguiram votos para esse efeito.

Nós fomos arrumados num canto da sala, misturados com o Público, como meros espetadores e talvez com alguma sorte não fomos colocados atrás do ecrã e apresentados como objetos raros.

Eu não sei quem teve esta infeliz ideia, por isso a minha indignação e revolta é contra incertos como dizem os senhores advogados.

De uma coisa eu tenho a certeza, quem o fez ou mandou fazer revelou muita pouca inteligência e deve ter um Q.I. muito baixo, ou então quis mostrar-se servil para depois vir a colher frutos a seguir. Nós merecemos mais respeito e consideração.

Eu sou o Deputado Municipal mais antigo desta A. Municipal e nunca tinha assistido a um espetáculo tão degradante e humilhante para os eleitos da A. Municipal. Espero que isto não se volte a repetir, pois a Assembleia Municipal é o principal órgão da vida autárquica do concelho.

Depois deste desabafo, peço desculpa a todos aqueles que fazem parte dos Órgãos Autárquicos, mas eu não podia conter a minha revolta e indignação, sem a partilhar com todos, mesmo pensando diferente de mim.

E, já agora Senhor Presidente da A. Municipal, vou-lhe dizer que muitas vezes me ausentei de cerimónias públicas porque me revoltava ver lugares reservados para os Senhores Vereadores, para as Autoridades e outros convidados e nunca via lugares reservados para os Membros desta A. Municipal.

Tente modificar as mentalidades tacanhas de quem é responsável pela organização destes eventos.

Se queremos ter uma Assembleia Municipal digna e com prestígio, temos que fazer que outros respeitem os Membros, que para ela foram eleitos.

Muito obrigado, tenho dito.

----- O Senhor Vereador *José Cunha* depois de autorizado a intervir pela Senhora Presidente da Câmara disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Dinis*, eu fui mandatado pelo Partido Socialista, para ajudar na organização da Tomada de Posse mas, essa organização estava a cargo da Mesa da Assembleia cessante.

Deram instruções às colaboradoras da Câmara para organizarem o melhor que entendessem, dado se esperar muita gente para a Tomada de Posse. Eu apenas dei a minha opinião, não sei se estava a falar de mim ou não, pois havia várias hipóteses de colocar os Senhores Deputados, sendo uma delas atrás, eu disse: “Esse dia é dos Deputados e eles têm de estar à frente e num lugar digno”, embora todos os lugares sejam dignos, mas chegaram à conclusão que nessa bancada o acesso ao palco seria direto e mais rápido, mas a organização foi a anterior Mesa que decidi.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Afinal a minha indignação e revolta não é contra terceiros, afinal já apareceu, eu não sabia quem eram, e como tal falei assim. Afinal o senhor Vereador Cunha afinal doeu-lhe e já apareceu, deu a justificação aceito-a mas fico igual indignado como fomos tratados.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero desejar um ótimo 2018 e dar os parabéns a todos os eleitos Como eu tinha dito na minha tomada de posse eu queria que houvesse uma votação para a entrega das senhas de presença, que fossem entregues para um fundo da Assembleia Municipal, e depois destinados para as vítimas de Pedrogão Grande e assim esta Assembleia manifestava a sua solidariedade com as vítimas deste incêndio.

A minha segunda questão era, propunha que a Assembleia fosse até às dezanove horas e se a essa hora a conclusão dos trabalhos, não estivesse concluída passaria para amanhã com início (sábado) às 9.30 horas.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal após as eleições autárquicas de 1 de outubro passado, e que operaram as alterações que são do conhecimento de todos, e ditaram um novo panorama partidário neste órgão autárquico a que pertencemos, quero apresentar a todos os meus respeitosos cumprimentos e desejar um bom e profícuo trabalho. Mirandela bem o merece!

Aqueles que ainda têm o bom hábito de leitura dos jornais diários e da imprensa regional, em particular os títulos da região do nordeste transmontano, certamente que terão lido também num desses jornais da cidade de Bragança, um artigo assinado pelo experiente e dinâmico jornalista Mirandense Fernando Pires, subordinado ao título “Lição de Democracia”.

Feita a leitura do mesmo, também nós concordamos que a instalação dos órgãos Municipais de Mirandela, ato a que tive a honra de presidir até ao momento de eleição da nova mesa, e a quem fui o primeiro a cumprimentar, foi um momento festivo, bem organizado pelas competentes funcionárias da Câmara Municipal, muito participada, sem eritemas no verbo ou exuberância nos gestos, sendo de registar atitudes civilizadas e da maior cordialidade na mudança verificada.

Como referiu o autor do artigo Fernando Pires, foi uma lição de democracia a que eu acrescento agora dizendo que foi também uma lição de liberdade!

Com efeito os 61 membros eleitos para este órgão Municipal votaram tranquilamente e em consciência como todos seguramente desejamos e defendemos.

Todavia na contagem final para eleição dos Membros da Mesa, constatou-se que dos 32 membros eleitos pelo Partido Social Democrata, e que constituiriam uma maioria nesta Assembleia, alguns dos eleitos, sob a proteção impenetrável do secretismo desviaram o voto que lhes havia sido confiado pelos eleitores, ou seja, como diz o Povo sábio, “roeram a corda” quebrando o compromisso publicamente assumido perante aqueles que os elegeram e do que resultou vir a ser o Partido Socialista a ocupar a mesa e em consequência dirigir o decurso das respetivas sessões, que se realizarão de dois em dois meses como nos impõe a lei.

Sobre este episódio, não deixarei neste documento da ata desta Assembleia, uma só palavra para qualificar a opção que cada um toma dos seus atos, mas que estou certo perdurará nos anais do Poder Local, fornecendo no futuro aos legisladores um testemunho único que servirá mais tarde ou mais cedo, para corrigir o panorama legal da Democracia Local em Portugal.

Todavia, permitam V. Exs. que eu me interrogue em voz alta perante vós, sobre o que terá motivado, que fabulosas promessas, que terríveis ameaças terá havido para que no curto espaço de vinte dias, alguns de nós mudem a opção do voto partidário?

As pessoas, os homens são livres de escolher, pensar, decidir ou atuar e é esta qualidade única e exclusiva dos humanos que nos distingue e enobrece, mas a cada liberdade, a correspondente responsabilidade!

À liberdade absoluta terá que corresponder responsabilidade absoluta! Só assim o homem pode viver em paz e ser respeitado na sociedade em que se incorpora em que vive e onde constitui família.

Aqueles que escrevem sob anonimato, um dia terão que assumir a sua responsabilidade e ocupar o terreno onde presumem sentir-se bem e seguros.

Ninguém pense que se trata de separar o trigo do joio, ou como se diz em Mirandela, de separar o azeite puro da água chirla! Não, trata-se apenas de pedir clarificação tendo em vista a desejada boa funcionalidade desta Assembleia.

Pela nossa parte, e repetindo o que já afirmamos durante a instalação dos Órgãos Municipais, estamos aqui para colaborar tendo no horizonte os superiores e legítimos interesses e o bem-estar do povo de Mirandela que soube muito bem dizer o que queria e como queria ver-se representado no Município!

É a ele, a esse povo anónimo que temos de obedecer e servir segundo a nossa capacidade e competência.

Estamos aqui para participar ativamente nos debates, para coincidir se for caso disso, ou para criticar discordando se for essa a nossa interpretação.

Longe de nós exercer uma oposição sem argumentos sérios e precisos que só arrastam a discórdia, incompreensões e a indesejada conflitualidade. É certo que da discussão nasce a luz, como nos ensinam os sábios da Grécia antiga, mas o confronto de ideias e projetos deverá ser sempre sereno e respeitoso.

Estamos aqui, repito, para contribuir para a melhor estratégia de desenvolvimento e progresso, no caminho da verdade e da transparência. Este será o lema de participação dos sociais-democratas.

Termino evocando um homem a quem Fernando Pessoa chamou imperador da língua portuguesa que era o Padre António Vieira e que um dia disse o seguinte: “Cada homem é da cor do seu coração”.

Em Mirandela, no caso aqui em apreço, alguns de nós, em apenas 20 dias no passado mês de outubro, andamos muito depressa entre a cor laranja do PSD e o rosa Socialista. Disse.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

“Respeitosos cumprimentos e desejos de Boas-Festas,

Passados que foram alguns momentos mais conturbados da vida política da nossa terra, naturalmente por força do entusiasmo e da maior ou menor paixão que as diferentes candidaturas puseram nas respetivas ações de campanha eleitoral, eis-nos aqui e agora, pacificados e disponíveis para bem servir os mais que legítimos anseios dos Mirandelenses!

Esta é a segunda sessão de um novo ciclo político em Mirandela, como bem sabemos...!

Em nosso entender é um tempo de inovar, de romper com o passado e olhar de frente para o futuro.

Não estamos na posição de “Nós e os Outros”, mas simplesmente “NÓS”... englobando o coletivo de todos os Mirandelenses e amigos de Mirandela, os nascidos e criados, os que o são por opção, os residentes e os não residentes.

Pessoalmente vejo – e penso que todos os presentes veem do mesmo modo – o exercício da função de membro deste Órgão Autárquico Deliberativo e Fiscalizador com sentido de missão, de modo suprapartidário, quer o nosso partido seja poder, quer seja oposição, e sei também que estou aqui de passagem, aliás, estamos todos!

Manter-me-ei, portanto, enquanto os eleitores o entenderem, com a mesma legitimidade com que estiveram os que nos antecederam e com que não-de estar os que nos sucederem!

A Assembleia Municipal é, sem dúvida, o espaço mais nobre para o debate político, que, a meu ver, é também o mais sério – porque mais próximo e porque se centra nos problemas concretos e objetivos que afligem os cidadãos, no seu dia-a-dia e a nível local!

E, para os debates futuros, hoje e ao longo do mandato, proponho – ao Executivo, aos membros dos partidos da Oposição e aos do partido no exercício do Poder – que os argumentos de cada corrente de opinião aqui representada, sejam sempre esgrimidos com elevação, sem recorrer ao insulto, à provocação ou ao ataque pessoal, ou seja, que se discutam políticas e não posições pessoais!

Proponho, então, com toda a sinceridade e de boa-fé que usemos sempre a retórica, essa excelente arte de comunicar que nos permite argumentar, contrapor, discutir de forma eficaz e persuasiva sem ofender.

Senhor Presidente da Mesa,

Senhora Secretária e Senhor Secretário,

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caros Conterrâneos,

Vamos convocar os nossos melhores sentimentos em prol do bem comum e da coisa pública, o que de melhor pode ter a alma humana – a Tolerância!

E, como homens e mulheres livres, façamos deste espaço uma “Escola” de boas práticas políticas e de bons costumes – tentemos ser um exemplo para os mais novos que agora se iniciam nestas lides da política local.

Obrigado pela V. atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

“As primeiras palavras são para cumprimentar todos os presentes. Um cumprimento amigo para os senhores Membros Assembleia que repetem a eleição e um cumprimento especial para os membros eleitos pela primeira vez. Aproveitamos para os saudar, dar-vos as boas-vindas e estamos certos, que as suas intervenções políticas valorizarão os partidos que representam, os trabalhos da Assembleia Municipal e consequentemente o Poder Municipal.

A par das eleições autárquicas, Portugal vivia momentos de angústia e de dor, visto ter sido assolado por uma vaga de incêndios sem precedentes.

Foi também neste ambiente de consternação, que o país político assistiu à tomada de posse dos eleitos autárquicos por todo o país.

O executivo da Câmara Municipal de Mirandela tomou posse no passado dia 21 de outubro.

Uma eleição política permite a renovação de ideias, de projetos e de eleitos.

Normalmente, é um bom presságio, como diz o poeta, Luís de Camões – “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança: todo o Mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades*”.

A Dr.ª Júlia Rodrigues ao assumir funções públicas, como é caso, tornou-se “*propriedade do público*”, pelo que será escortinada, sobre os seus atos e ações políticas que venha ou não a desenvolver.

E se me permite, senhora Presidente, iniciarei uma pequena auditoria aos primeiros 68 dias do seu mandato, no qual ao longo da minha intervenção elencarei um conjunto de perguntas que gostaria de obter resposta por parte da senhora Presidente.

Começaria pelo discurso do dia da tomada de posse do dia 21 de outubro.

Os eleitos do PSD fomos acusados e atingidos na sua dignidade como nunca tínhamos sido até então.

Como é possível ser acusados por uma candidatura segundo nos confessaram, terem como slogan – “*Perder com dignidade e ganhar com humildade*” de:

– “*Recorremos a expedientes menos próprios*”, quando os próprios na mesma sessão solene muniram-se de todos meios e mais alguns a fim de garantir a eleição do Presidente da Mesa da Assembleia; como frases “*contai comigo sempre que a Democracia estiver em perigo na nossa terra*”; e outras que aqui me recuso a transcrever, etc, etc, etc; e, por fim, perguntar apenas e só, se em Mirandela ao longo dos tempos, as eleições foram ou não ganhas de forma limpa, de forma séria e transparente, como as realizadas este ano?

À bancada do PS dizer-vos que o vosso problema é o nosso problema, é problema de todos quantos usam da palavra nestes momentos de tensão, de pressão e por vezes de euforia, e nestes momentos ter a capacidade de decidir o que verdadeiramente devemos dizer de forma justa, assertiva e sem ferir susceptibilidades.

Sobre o discurso da bancada do PS não temos muito mais a dizer, até porque, de fantasia e penúria dizer o quê. Não devemos dizer mais nada! Ou dizer-vos tão só, que ao não saberem vencer-se na vitória perderam a oportunidade de vencerem duas vezes nessa mesma tarde. É bem verdade, que podemos dissertar um discurso com elevação sem ter elegância, a mesmo serve para as palavras proferidas pela bancada do CDS-PP, que mais parecia um discurso de período revolucionário, que no momento, foi mentalmente recalado.

Sobre as insinuações/suspeições levantadas pela Senhora Presidente, no início de mandato, apenas teve como único e só um objetivo, a instalação de uma auditoria ao mandato da presidência autárquica de António Branco. Para isso falou primeiro nos atos e procedimentos realizados suscetíveis de gestão danosa e julgados por quem, pela Senhora Presidente e, só depois da instalação de um ambiente desfavorável, resolveu anunciar a realização da dita auditoria às contas do Município, quando devia ser feito o contrário.

Pergunto, Dr.ª Júlia Rodrigues, se o procedimento foi o mais correto? E se hoje por causa de uma auditoria, que noutras sectores profissionais, estão perfeitamente instituídos e normalizados, continuaria a levantar o mesmo clima de suspeições que levantou?

A bancada do PSD reitera nesta Assembleia, que somos a favor da realização da auditoria iniciada, e que somos a favor de auditorias sempre que as circunstâncias o indiciem.

Por questões técnicas, éticas e políticas perguntar-lhe Senhora Presidente, porque não preferiu uma auditoria realizada por uma entidade pública, independente?

Até porque os cerca de 50 mil euros, valor do custo da auditoria da Deloitte, a pagar em 2018, pode infringir o PSF, se coincidir com a medida 8 – que diz respeito à redução e racionalização de despesas de funcionamento, despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultoria, e que para o ano de 2018 tem previsto um verba de 39.695€. Pergunto-lhe se está a par desta situação?

Contudo, sobre atos e suspeições levantados, a bancada do PSD, não tem muito mais a dizer, reservando-se para os resultados finais da auditoria em curso.

Citando Sá Carneiro – “*O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me, seja sob que pretexto for*” e não me vou calar sobre a promessa não cumprida em campanha eleitoral, sobre a instalação do hipermercado - Continente, em Mirandela.

A senhora Presidente anunciou que o processo era irreversível, pelo fato de estar muito avançado e que uma inversão do mesmo implicaria avultadas indemnizações. Assim, deu seguimento ao mesmo e aproveitou para negociar com o promotor um carro/saúde (que não é mais que meio lote de construção) e uma plataforma logística para escoamento dos produtos agrícolas e outros de Mirandela.

Sabemos, que os terrenos de construção são numa zona limítrofe da cidade de Mirandela, julgo já existirem remoção de terras, prova provada que o projeto vai mesmo realizar-se. Contudo, pergunte o seguinte senhora Presidente:

- Já existe licença passada?

- Já deu deferimento ao pedido requerido pelo promotor?

- Se não foi dado deferimento ao processo, porque é que os fiscais da Câmara Municipal não suspenderam ainda a obra?

- É ou não é uma promessa eleitoral não cumprida?

Estas são de facto as grandes incógnitas que era importante responder, até porque os mirandelenses mais atentos a estas questões e principalmente os comerciantes das lojas do comércio tradicional, também já se interrogaram se a licença de autorização foi de facto emitida.

Senhora Presidente aguardamos atentamente as respostas a estas perguntas.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Mosqueiro (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

“As minhas primeiras palavras são para desejar o maior sucesso a todos aqueles que foram eleitos. Uma palavra especial, de boas vindas até, para aqueles que foram eleitos pela primeira vez e, principalmente, à nova mesa da assembleia na pessoa do seu presidente, Luís Guimarães, e ao novo executivo na pessoa da nossa Presidente da Câmara, Júlia Rodrigues. O sucesso destes será o sucesso de todos os mirandelenses. A todos, sem distinções e em nome da bancada do PS, dizer-vos bem-vindos

ao palco do verdadeiro debate político local. Com a proliferação das redes sociais transfere-se, muitas vezes, para estas não o debate mas a opinião, o monólogo político. Pois é aqui frente a frente, olhos nos olhos, que se esgrimam os diferentes pontos de vista e as diferenças de opinião.

É com tristeza que vejo na bancada do PSD pessoas que fazem parte da história de Mirandela, ininterruptamente, há mais de 35 anos. Daqui se deduz que Mirandela parou no tempo. E, desde já, adianto duas perguntas a estes ilustres deputados, que não precisam de responder de momento mas poderão refletir sobre elas nestes próximos 4 anos:

- Quantos filhos da terra, fruto desta governação local que cessou, emigraram?
- Quantos saíram, por força da obrigação, e regressaram à nossa região para se estabelecerem profissionalmente, sem ser em lugares políticos nesta autarquia ou nas instituições para os mesmos fins?

Pois atrevo-me pela ilação, como uma verdade de “la palice”, que Mirandela estagnou. O marasmo e a navegação à vista foi apanágio do poder local. Foi serventia de uma clientela que irá cair de maduro.

No dia 1 de outubro escrevemos, em Mirandela, uma nova página de história. Não só escrevemos como relembramos e reensinamos a história do 5 de outubro de 1910, que terminou com o poder hereditário, e a história do 25 de Abril de 1974 que findou com um poder podre totalitário.

Estamos aqui, de facto, para exigir a viragem da página da história. Não nos podemos ficar pelos ensinamentos; temos de conseguir mudar o paradigma da governação local. Estamos, aqui, para exigir uma reflexão, em conjunto, no desígnio de Mirandela que passe por:

1. Mais investimento privado;
2. Mais confiança nos munícipes;
3. Mais democracia participada;
4. Mais intervenção das instituições;
5. Mais respeito pelas pessoas;
6. Mais respeito pelas instituições;
7. Mais empregabilidade.

Sabemos dos graves problemas que assolam a autarquia, no que concerne à enorme dívida e, mais concretamente, no que se refere à dependência financeira de algumas instituições, que nos amarram a um passado e nos deixam sem visão de futuro.

A desertificação, outro problema estrutural de toda uma região, terá de ser falada em uníssono, competindo a esta autarquia puxar a si esta discussão, focando-se na centralidade que lhe é devida, num futuro próximo. Já dizia William Hazlitt, escritor inglês lembrado pelos ensaios humanistas: “Como é a nossa confiança, assim é a nossa capacidade”.

Igualmente, parafraseando Fernando Pessoa, “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. É caso para dizer que o povo sonhou e a mudança se concretizou. Mudança esta que terá de ultrapassar a fronteira da autarquia e chegar às mais diversas células/instituições que amarram o nosso futuro e o nosso bem-estar.

O resultado obtido pelo Partido Socialista, como umbrela de um projeto político local, nestas últimas eleições autárquicas, traduzem-se numa grande vitória. VITÓRIA com letras garrafais e a negrito. Não houve qualquer dúvida de que um punhado de gente que começou numa “PRAÇA CHEIA DE GENTE MADURA”, cito Zeca Afonso, e não teve “CASA CHEIA”, cito Fernando Pires da Rádio Terra Quente, efetivamente triunfou.

É a vitória da verdade sobre a mentira. É a vitória da liberdade sobre a opressão. É a vitória da coragem sobre o medo. É a vitória da simpatia sobre uma arrogância de um poder instalado. É a vitória de um projeto de criação de emprego sobre as promessas falsas de emprego. É a vitória de um projeto de desenvolvimento igualitário e equilibrado sobre o marasmo e o vazio.

Transformar a mentira na verdade e dizer que a dívida foi e é um bom projeto é de uma safadeza atroz e um atentado à inteligência dos eleitores. Enfim! A palavra seriedade é muito forte para ser usada levianamente.

Vamos, novamente, aprender o significado da democracia, contando com todos e sem exceções partidárias, para a recuperação do tempo perdido. Bem-haja à gente de coragem e pensem o que todos nós podemos fazer por Mirandela, pelos nossos filhos, pelas nossas gentes. E não pensem, como até à data de 31/10/2017, o que Mirandela poderá fazer pelo meu filho, pelo meu mais próximo e pelo empresário da minha simpatia. Isto é NEPOTISMO, palavra que no seu conceito foi, sobejamente, utilizada e que deverá ser substituída no dicionário desta governação pelo conceito de MERITOCRACIA.”

**----- O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Luis Mosquero*, eu estou aqui há muitos anos nesta Assembleia Municipal mas fui sempre eleito, não comprei o lugar, e curioso sempre fui eleito pelas listas do PSD. Eu sei que o senhor Deputado é polivalente, já foi nosso militante, já foi nosso candidato, já foi pelo CDS e agora é pelo PS, e nas próximas, atenção Senhor Deputado da CDU Jorge Humberto, é bem capaz de lhe tirar o lugar. Eu sei que é polivalente na política bem como na sua vida profissional.

Quando se fala assim é preciso ter muito cuidado porque tem muitos telhados de vidro.

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Eu fico incrédulo com aquilo que se passa aqui, o que hoje é verdade amanhã e mentira, até me dá a risa, eu acho que isto até foi um insulto à minha memória e à memória dos Deputados que já cá estiveram e até dos Deputados do PS que já cá estiveram. Como Deputado o senhor tratou mal os seus colegas, tenha um pouco de bom senso nessa língua de trampolineiro.

O que é um trampoliniteiro é aquele que usa um trampolim para andar de salto em banco. Ó Senhor Deputado, isso fica-lhe mal. O Senhor Deputado Beça disse uma coisa que é ótima, que é uma escola prática de bons costumes, e ele vem para aqui dizer o contrário.

Senhor Deputado, uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança e é isso que se pretende.

Ainda bem que há democracia, que há rotatividade, eu sou uma pessoa que não vê só por um prisma, ainda bem que ganhou, mal ou bem.

**----- O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Apenas para referir de que irei responder por escrito ao Senhor Deputado Paulo Pinto, tornarei pública essa resposta e farei chegar à Mesa da Assembleia.

**----- O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Paulo Pinto falou no discurso do CDS sugeri-lhe que estude bem o período revolucionário, e depois compare com o meu discurso.

**----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu Bernardino Pereira disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho solicitar informação da Senhora Presidente da Câmara porque não fui convocado para a reunião da ANMP, do passado dia 9 de dezembro, dado ser o Presidente de Junta eleito no outro mandato e reeleito hoje nesta Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia informou-o que lhe vai entregar cópia do correio eletrónico a convocá-lo, e posteriormente o e-mail com o parecer jurídico onde informava que se foram instalados novos órgãos, a delegação anteriormente operada extingue-se por caducidade.

**----- O Senhor Secretário da Mesa José António Ferreira disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“O *Despotismo Iluminado – ou Esclarecido* - é uma expressão que designa uma forma de governo característica da Europa Continental da segunda metade do século XVIII. Trata-se da junção do Absolutismo com as ideias Iluministas.

Um dos argumentos para legitimar o poder dos governantes déspotas esclarecidos era de que governavam por saberem fazê-lo.

É baseado num conceito simples: o poder detém a razão.

Vencido no tempo o Despotismo, foi, no entanto, sobrevivendo aqui e acolá, de uma maneira ou de outra, o espírito iluminado, mas este, pode e deve ser arredado pelo espírito esclarecido.

A nova participação política que se deseja no município, a vivência dos valores de sempre, porque humanos, e o exercício de poderes locais, postulam um novo modelo de gestão autárquica.

Para esse poder local se voltam as pessoas em busca de se encontrarem, repensando o passado com que pretendem construir o futuro.

Pois, o presente, como ensinava Santo Agostinho, é o presente das coisas passadas, presentes e futuras.

Cabe, assim, aqui uma palavra sobre o presente e o futuro das nossas comunidades locais.

No presente, assistimos a uma cada vez maior exigência da governação local e de novos desafios para um o desenvolvimento sustentável que abrace o Social, o Económico e o Ambiental, o qual só pode ser alcançado se estas três dimensões evoluírem de forma harmoniosa.

E, que consiga tirar partido da capacidade instalada nas vertentes económicas, educacionais, culturais, patrimoniais, turísticas, associativas, desportivas e ambientais, levando em linha de conta a essência da estratégia das comunidades locais, procurando centrar nas pessoas o evoluir das políticas municipais.

Mas, não obstante, o quadro de fortes exigências financeiras na governação dos municípios, é essencial definir com clareza uma agenda para o governo e desenvolvimento de um concelho, e captar o espírito do papel fundamental de uma autarquia na sua afirmação como *pivot* junto dos agentes locais.

Com efeito, as autarquias locais são um dos principais motores da sociedade, dos seus mais importantes dinamizadores económicos e os impulsionadores da estrutura societária do País.

Como disse Pat Rayn – mulher de Richard Nixon – na derrota deste nas eleições presidenciais norte-americanas de 1960 – “A derrota torna-nos humanos”.

Mas, se a derrota nos torna humanos, a vitória deve tornar-nos mais humanos ainda.

É preciso identificar como superar défices que preocupam as pessoas tais como: formas de contrariar o nível de desemprego, a fixação da população - perante a perda e desertificação a que assistimos, com especial destaque para a mais jovem e qualificada; a retenção do valor acrescentado gerado internamente; fortalecer a fragilidade do tecido empresarial; promover a articulação entre população, o território e a economia; bem como, a identificação de desígnios mobilizadores.

É um trabalho árduo. Sim, um fardo pesado. Mas isso só faz com que se possa sentir o real peso da responsabilidade governativa.

Na abertura da sua obra-prima – *A Insustentável Leveza do Ser* –, o premiado escritor Milan Kundera, dissertando filosoficamente sobre a relação peso/leveza (no que ao ser humano diz respeito), apresenta-nos o seguinte pensamento: “O mais

pesado dos fardos esmaga-nos, verga-nos, comprime-nos contra o chão. Quanto mais pesado é o fardo, mais próxima da terra está a nossa vida, e mais real e verdadeira ela é.

Inversamente, a ausência total de um fardo leva o ser humano a se tornar mais leve do que o ar, leva-o a voar, a se distanciar da terra, do ser terrestre, a se tornar semi-real, e leva os seus movimentos a ser tão livres como insignificantes”.

O centro das nossas vidas não é um ponto geométrico da periferia, mas sim o centro do poder, o qual passa pela construção das novas comunidades em tempo de mudança.

Para tal, creio, parafraseando Sérgio Godinho, importa não esperar pelo «*combóio na paragem do autocarro*».

Muito Obrigado”

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias do Franco e Vila Boa Paulo Pontes disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito boa tarde a todos. Depois destas comemorações todas, destas lamentações, ainda bem que vem muitas pessoas a assistir às reuniões, mas também devem sair daqui elucidadas, sobre o que aqui se debate e qual a prática destas Assembleias Municipais.

Cada um tem a sua postura na vida, eu no passado dia 1 de outubro comemorei os quatro anos que passaram e com o resultado que tive é porque as pessoas confiaram em mim. Como Presidente de Junta voltei a merecer a sua confiança, aí sim voltei a comemorar, pois o futuro não o comemoro pois não sei o que vou fazer nem o que me vai ser permitido fazer, por isso vou ficar como expetante e ficar calmo e sereno.

Queria fazer um simples pedido ao Senhor Presidente da Assembleia e Senhora Presidente da Câmara, eu sou um pouco antiquado, mas eu quero se me for permitido, que toda a correspondência Assembleia e Câmara que me seja enviada em papel.

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Mosqueiro (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Peço desculpa ao Senhor Deputado *Dinis*, e a todos os Deputados que aqui estão nesta Assembleia, o meu tratamento é com a maior referência para todos vós, portanto, não vejo no meu discurso, nada de ataque pessoal mas sim político do Município. E não estou aqui para atacar ninguém pessoalmente, e a si trato-o como a maior deferência, posso trata-lo por Professor pois foi meu Professor. A vida é dinâmica e as pessoas não se podem incomodar a novos projetos, pois o PSD também tem gente que veio de outros quadrantes políticos, sendo assim as coisas também estão em pé de igualdade, eu citava aqui um grande Municipalista que foi do PSD que dizia que só os burros é que não conseguem mudar.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Só queria pedir que fosse feita a votação em relação à criação do fundo das Senhas de Presença do dia 21 de outubro e também a votação se os trabalhos desta Assembleia não acabarem até às 19.00 horas, passe para amanhã sábado às 9.30 horas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estimado público aqui presente e comunicação social, é uma honra tê-los aqui presentes, pois também denota a presença dos Mirandenses do que é a vida democrática do nosso Concelho.

Quero começar por felicitar todos os Deputados hoje eleitos que vão representar esta Assembleia Municipal, nas diferentes Comissões e Conselhos e ANMP.

Desejar a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Senhores Deputados Municipais um excelente Mandato, o respeito pelas diferentes opiniões. Esta é de facto a segunda Assembleia deste Mandato. Quero apenas referir três palavras, Orgulho, Honra e Responsabilidade.

Orgulho em ser Mirandense, em ter tido a confiança dos Mirandenses, em poder trabalhar com rigor e transparência por Mirandela e pelos Mirandenses.

Honra de ver dignidade e justiça e um privilégio enorme de poder trabalhar por todos.

Responsabilidade de apresentar contas aos Mirandenses, responsabilidade com humildade, responsabilidade pelas opções e as decisões políticas, os compromissos são sempre com os Mirandenses e estes compromissos estão sempre acima dos compromissos com os partidos políticos, por isso posso dizer-vos que compreendo perfeitamente que não é possível haver pressões, fabulosas promessas, quando existe liberdade, democracia e o poder de voto faz parte individual de cada um e cada Presidente de Junta eleito por cada partido ou não, como é o caso dos Independente, são livres de votar de forma livre sincera e pela força que lhe deram os seus fregueses.

Depois dizer umas breves palavras relativamente à indignação, à revolta, à pouca inteligência, ao baixo QI, pouco baixo e degradante, de baixo nível. É grave e degradante este espetáculo.

Uma festa da democracia como nunca tinha havido cá em Mirandela, ser apelidada com tão fracos adjetivos. Entendo que quando se fala em mentalidades tacanhas, espetáculos degradantes e humilhantes está-se a falar de um elitismo bacoco que não deve existir.

Desde que nós tomamos posse não há lugares reservados para Presidente, Vereadores, eles sentam-se nos lugares destinados ao povo e aos Mirandenses, nós queremos estar próximos do povo, por isso é de um elitismo que eu não entendo nos dias de hoje.

Os Mirandenses vieram à Assembleia Municipal, participaram da nossa festa e são apelidados de serem mais bem tratados que os elementos da Assembleia, onde está a igualdade dos cidadãos, não somos todos iguais? Merecem todo o nosso respeito.

Por isso lamento profundamente que tenha sido essa a interpretação que tenha sido feita, e a dignidade e as palavras serão de cada um e a ética política também faz parte do dever de humildade e dos cidadãos que nos elegeram.

“Atingidos na dignidade”, também dizia o senhor Deputado Municipal, discursos que ferem a dignidade, pois bem de facto existiram aqui alguns discursos que ferem a dignidade, vi aqui muitos sorrisos, pois se eu quisesse ir a uma comédia tinha ido a uma Revista, não tinha vindo à Assembleia Municipal. Isto aqui não dá para rir, pois aqui tratamos de coisas sérias do Concelho de Mirandela e olhamos com seriedade para as questões, por isso Senhor Deputado, discursos é política e a política é feita de palavras e de atos e é de atos que temos feito a nossa gestão, a possível gestão que foi possível nestes dois meses de mandato.

Quando se refere à auditoria, existem realmente Organismos Públicos que a fazem, mas não a fazem quando a Câmara quer, este Executivo assume o pedido desta auditoria, que pode custar quarenta mil euros, mas pode poupar milhões no futuro.

Senhor Deputado, como sabe a Câmara têm muitos milhões em dívida e algumas boas práticas de gestão podem ter esse benefício de poupar, e por isso este orçamento também traz e reflete algumas dessas opções políticas, nós sabemos muito bem, onde estamos, o que queremos e para onde queremos ir, é óbvio que contamos com a Assembleia Municipal para que possamos fazer este trabalho.

Em relação ao Continente, já tive oportunidade de explicar em Reunião de Câmara aos Senhores Vereadores em Regime de não Permanência, o que se passou em relação ao Continente. Foi assumido com os Senhores Vereadores da Oposição, e também com o Senhor Diretor de Departamento, que seria um processo irreversível, e deixem-me partilhar convosco duas questões: uma delas foi que questionei logo os Serviços Técnicos, sobre o ponto de situação, e o que poderia ter sido feito para negar a implantação do Continente, que vai fazer um investimento de dez milhões de euros e que está a ser acompanhado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal desde abril de 2016.

Foi-me dito que nada podia ser feito, pois o processo já estava numa fase adiantada, acompanhado pelos Serviços da Câmara e que tinha sido proposto também um loteamento com habitações ao lado da superfície comercial. Como é um processo longo eu proponho que seja dada uma informação por escrito dos Serviços Técnicos a todos os Senhores Deputados, a explicar todo o cronograma que eu tenho aqui e que devo partilhar com todos os Mirandelenses de uma forma transparente, de todas as operações, o que é que aconteceu e porque não se conseguem tomar decisões um ano e meio depois de ter dado entrada o processo.

Em relação às questões levantadas, e muito bem pelo ex-deputado Senhor *José Faustino Cunha*, existe de facto mobilidade inter freguesias que nós temos nos nossos compromissos eleitorais. Mas que a CIM-TTM tem desde 2015 um estudo de mobilidade e Transportes de Terras de Trás-os-Montes, em que afirma o papel de transportes públicos como promotor da coesão territorial, económica e social, esta será uma das nossas prioridades.

Em janeiro de 2016 foi publicado o relatório de Plano de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes e portanto é previsível que durante o próximo ano até dezembro através da CIM, seja implementado um transporte inter-freguesias com a colaboração obviamente da Câmara Municipal.

Em relação às dúvidas do ex-Presidente da Junta das Múrias, posso partilhar convosco uma preocupação de uma eventual penhora às contas da Junta de Freguesia, pelo não pagamento das dívidas a uma empresa de calcetamento.

De facto houve um acordo com a atual Presidente da Junta, em que a Junta vai suportar parte da despesa e a Câmara vai participar com 50% das despesas dos pagamentos mensais, no sentido de não suportar mais juros de não pagamento. Esta dívida rondava os 32 mil euros e agora rondará os 52 mil euros, o pagamento de juros irá bloquear as ações da Junta de Freguesia e por isso a Câmara prontificou-se num acordo de pagamento, para que possa ser feito um trabalho na Junta para os fregueses das Múrias.

Para já era isso que queria partilhar convosco, dizer que estamos aqui para responder a todas as questões e pedindo a todos alguma contenção na linguagem, pois o debate político é mais digno, mais proveitoso, quando nos respeitamos uns aos outros e é para isso que nós devemos trabalhar. Obrigado a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD)**, questionou a Senhora Presidente a dizer que esteve na Câmara a ver o Projeto dos Aquedutos, e o projeto a maior parte dele não têm licenciamento. Senhora Presidente sabe o que é que está licenciado, diga-me lá, diga-me? Não sabe e a ACIM deu algum parecer? O projeto foi para a ata, diga-me Senhora Presidente, era só isto que queria saber.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sei quem foi o projetista, não sei se foi o Senhor Deputado Arq. *Figueiredo* o projetista, de facto existem aqui algumas questões que se confundem, algumas questões profissionais e pessoais, mas a verdadeira política é quando nós não influenciámos essas decisões. Mas de qualquer forma o que eu tenho a responder é que foi de facto questionado o Senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela em 12/01/2017, embora este parecer não seja vinculativo, mas há um parágrafo que diz:

“Solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup> que se pronunciem no prazo máximo de 15 dias úteis, findos os quais se nada disserem, concluiremos que não existirá qualquer restrição segundo o vosso parecer.”

Este parágrafo diz, salvo melhor opinião de algum Jurista, se não existir algum parecer, que o parecer seria favorável da ACIM. Acabamos por ser nós a dizer que vamos apresentar o processo completo no sentido de dizer assim: existia neste processo, e durante este ano e meio, uma questão que dizia respeito às infraestruturas de saneamento e água. A questão do saneamento e água, e foi uma das passagens que eu li nos Pareceres Técnicos, e os quais foram dados ao promotor, que deveriam ser assegurados pela Câmara Municipal pelo menos em parte, em que diz e que passo a ler:



“O aumento das necessidades da água deve ser participada pelos promotores, muito embora a Câmara possa assumir uma parte relevante do encargo, porque a insuficiência já existe, e apenas se agrava com o investimento proposto. Ou seja, todo o bairro da Urbimira e a zona dos Salesianos têm de facto problemas com o caudal de água e saneamento.”

O promotor disponibilizou-se a fazer as obras, que segundo cálculos dos Serviços Técnicos, rondarão os 80 mil euros. Foi também numa reunião que nós questionamos o que é que teria sido negociado e o que nos foi dito, foi que teria sido feitos pelos Serviços Técnicos um acompanhamento de licenciamento.

Aquilo que foi possível e que envergonha alguns Deputados Municipais, foi o facto de termos negociado como contrapartida uma Unidade Móvel de Saúde, que vai prestar serviços de saúde às nossas zonas mais rurais.

É óbvio que eu não me sinto nada envergonhada, já que este processo estava numa fase já bastante adiantada, já não era possível reverter toda esta situação. Assim como não era possível com este ou com qualquer outro Promotor, pois qualquer investidor que esteja ano e meio à espera, torna qualquer processo irreversível, e portanto o que posso dizer é que não me sinto nada envergonhada, sinto isso sim, envergonhada, por termos gasto 160 mil euros num espetáculo de luz quando outras Câmaras investiram o dinheiro da EDP, os 75 mil euros, na aquisição de uma máquina de rastros para o combate aos incêndios, e que tanta falta fazia ao Município para limpeza de matas e caminhos.

São investimentos que precisamos, e precisamos dinheiro para os fazer, e lamentamos que aquele dinheiro da EDP, não tenha sido investido, mas sim gasto.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, aqui a Bancada do PSD tem alguma dificuldade em falar em termos Técnicos pois nós aqui somos Políticos, o que lhe solicitamos aqui foi para explicar as obras que estão ao abrigo do Despacho.

As questões Técnicas são com os Técnicos da Câmara, e eu fiz-lhe 3 perguntas claras.

- 1.ª- Já existe licença passada?
- 2.ª- Já deu deferimento ao pedido do requerimento do Promotor?
- 3.ª- É ou não uma promessa Eleitoral não cumprida?

Senhora Presidente agradecia que não comesse a divagar, explique-nos isto e termina aqui o processo.

**----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como bem sabe, Senhor Deputado, quase sempre as decisões políticas também se baseiam em decisões e opções técnicas. Não há nada que um técnico possa dizer, que naquele lugar não se pode construir se cumprir o PDM e cumprir determinadas regras.

Ainda não existe licença porque está condicionada às alterações, e se o Senhor Deputado tiver dificuldades na perceção destas questões técnicas, o Senhor Deputado têm tanta gente no seu partido que esteve tantos anos no poder, então imagine eu, que estou lá há dois meses, e tantos pareceres técnicos que vão indo de chefia para chefia. Por isso eu para facilitar o trabalho de todos, disponibilizei-me a enviar um cronograma e como sabem em janeiro há uma nova lei de proteção de dados, e vocês também podem e devem ir consultar o processo à Câmara Municipal, caso queiram. O Senhor Vereador Rui Magalhães pediu informações ao Senhor Diretor de Departamento sobre este processo e já lhe foi respondido.

**----- O Senhor Secretário da Mesa José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dá-se assim por concluído o período de Antes da Ordem do Dia com os esclarecimentos finais da Senhora Presidente da Câmara pelo que vamos dar início à Ordem do Dia, só que antes a Mesa não pode ficar indiferente ao repto lançado pelo Senhor Deputado da CDU Jorge Humberto em relação a duas questões:

A primeira propunha que as senhas de presenças fossem para um fundo da Assembleia para apoio as vítimas dos incêndios.

A Mesa entendeu que isso era ilegal, pois o Senhor Deputado é detentor da sua senha de presença e não pode obrigar outros Deputados a entregar as suas senhas através de uma votação, isso levanta questões de natureza legal, pois nenhum Deputado pode ser coagido a entregar a sua senha contra a sua vontade.

Se o Senhor Deputado quiser entregar a sua senha, tem de manifestar a sua vontade e por escrito para o efeito que pretende, pois ainda há pouco tempo na Câmara surgiu a dúvida se os Senhores Deputados deram autorização para que a sua senha de presença fosse dirigida a outra conta que não a sua.

Em relação à questão de dar continuidade aos trabalhos da Assembleia, caso não se termine a Assembleia às 19.00 hrs e continuar sábado às 09.30 hrs, iremos votar mais próximo das 19.00hrs.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís Guimarães disse:**

Vamos então dar início à nossa Ordem do Dia:

**Ordem do Dia**

**6- Período da Ordem do Dia.**

**6.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís Guimarães disse:*

Dado não haver inscrições, vamos então passar ao ponto seguinte.

**6.2 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2018;**

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros do PSD e quatro votos a favor dos membros do PS, conforme proposto:**

**1 – Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2018;**

**2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires (PSD) disse:*

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Eu vou fazer uma intervenção muito rápida, mas há aqui dois pontos que eu tenho de focar, mas sem entrar em detalhes técnicos em relação ao orçamento. Senhor Presidente, eu queria congratular-me com o seu propósito declarado de independência da sua isenção da sua atuação como presidente da Mesa da Assembleia Geral. É de relevar esta sua independência. À Senhora Presidente da Câmara saúdo-a também pelo seu trabalho como Presidente da Câmara e desejo-lhe felicidades para o seu mandato que agora está a iniciar.

Do nosso lado pode contar com uma lealdade agora Institucional, que no fundo tem por base a defesa das populações do nosso concelho, concelho este um pouco desertificado e envelhecido e este dever ser para mim um ponto principal para além de tudo que diz respeito é claro ao nosso concelho de Mirandela.

Eu tenho sido uma pessoa ausente, pois a minha vida de estudante e profissional foram sempre fora do concelho, mas agora chegou a altura, e por razões várias agora regressei à minha terra, e com o propósito de poder colaborar, aceitei candidatar-me a Membro da Assembleia Municipal. Mas Senhora Presidente uma coisa lhe asseguro pelo facto de haver lealdade Institucional não significa que não haja vigilância ativa, nos compromissos assumidos principalmente com as populações. Por razões que eu chamarei quase históricas e profissionais quase todos nós temos a tendência de irmos à nossa cultura à nossa história e ao nosso passado de vida profissional e tentarmos puxar para discussões deste tipo esses aspetos, são razões históricas efetivamente vou-me cingir-me a dois aspetos essencialmente a saúde e o Cachão.

Saúde porquê? Mas você sabem que estive ligado a dois Governos e ligado à área da saúde e sempre procurei que a minha atuação fosse sempre no sentido de proteger as populações nunca esquecendo as periferias. Porque eu falo na saúde, porque na introdução a Senhora Presidente fala na educação no ambiente fala num conjunto de itens e não vejo uma única referência à saúde só muito mais à frente é que aparece um pequeno aparte sobre saúde. Eu penso que é extremamente importante quando estamos num concelho rural com pessoas idosas e sem haver um sistema de mobilidade, esquecendo-se por outro lado e por outro aspeto que há tempos teve uma grande importância na saúde que era o apoio às periferias, era haver médicos das ARS que estavam nos Centros de Saúde e que também davam apoio na periferia nas freguesias. Temos aqui um caso por exemplo Mascarenhas, o Presidente da Junta na altura dizia-me eu precisava aqui de dar algum apoio às populações, na altura estava então em construção a Junta de Freguesia, e eu disse-lhe o senhor no projeto reserva uma determinada área para a saúde e assim já pode ser subsidiado, e assim foi. Como vocês sabem em Mascarenhas havia um Posto Clínico que agora infelizmente está fechado, e não tem qualquer tipo de atividade e por decisão política e por mim erradas, também posso dizer erradas do poder político da área onde eu me inseria. Recordo também que há 20 anos se punha a questão do Hospital de Mirandela, foi renovado conseguiu-se que a nível distrital com os profissionais que ali havia e dividimos o distrito em 3 área de saúde, Bragança, Macedo e Mirandela. E não digam que não se consegue, na altura Macedo não tinha ortopedia, arranjam casa para os médicos e eles lá apareceram e fizeram um excelente trabalho. Mirandela para mim foi o hospital que melhor ficou a funcionar, pois tinha várias valências que foram suprimidas, agora este hospital não tem um conselho de Administração, está na dependência de Bragança. E agora eu pergunto porque se destruiu aquilo que estava a funcionar extremamente bem. Parece-me que o Município tem a responsabilidade de tentar reconstruir o que já foi o nosso Município.

O Cachão eu lembro-me quando um ilustre Transmontano, teve garra e conseguiu construir o Cachão. Era um empreendimento Agro-Industrial de excelência, como o Matadouro, era um empreendimento que criava postos de trabalho. Vejam quantos postos de trabalho havia, diretos ou indiretos naquele empreendimento, vejam no que está hoje transformado o Cachão, num monte de lixo, eu sinto vergonha, e tudo está ao abandono.

Parece-me que Trás-os-Montes não tem assim tantos investimentos, que possa dar-se ao luxo de ter ali um parado, também um pouco, pela responsabilidade dos decisores políticos da época.

Primeiro as equipas que foram para o Cachão para mim não tinham qualificação para estar à frente daquele empreendimento.

Segundo quando começou a haver falhas importantes culpas do próprio Cachão, e aqui vem a minha ligação de 35 anos, pois eu na altura era Administrador de uma empresa a Nacional, de massas farinhas, e tinha a minha responsabilidade o comercial.

A Nacional assumiu a venda dos produtos do Cachão, com erros vários levou o Cachão a não cumprir nem prazos nem as quantidades, e nós tínhamos os nossos clientes a reclamar pois aceitaram muito bem os produtos do Nordeste se bem se lembram, pois eram produtos de muita qualidade. Até que os clientes começaram a dizer que assim não valia a pena, pois não eram feitas as entregas conforme o combinado, e assim teve que se terminar essa colaboração.

Eu reconheço que é um processo que não é fácil e dispendioso, mas a mais-valia que nós vamos ter em mão de obra, em postos de trabalho e em termos de economia eu penso que merece um plano e um pensamento muito sério.

Só para terminar às vezes uma das tentações que existe é nomear não profissionais na matéria de gestão, mas nomear quem está junto do Poder Local, às vezes não têm disponibilidade e nem são obrigados a saber de Gestão.

Senhora Presidente deixo-lhe aqui um desafio, entregue a gestão a profissionais da gestão, mas atenção fiscalize-os, pois deve fiscalizá-los mas deixe que eles trabalhem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Eu vou ser breve, apenas queria referir dois aspetos, primeiro o positivo que é sobre o orçamento que estamos a tratar. Eu penso que há já uma visão mais abrangente e positiva melhorada em termos orçamentais, refiro por exemplo as verbas que foram atribuídas às juntas de freguesia. Melhoraram e penso que ainda devem melhorar mais, pois é na base para as juntas de freguesia atraírem pessoas e não a desertificação a que assistimos. Há aspetos positivos no orçamento mas por outro lado encontrei algumas lacunas, refiro-me essencialmente às questões de mobilidade e de proximidade, cujo tema eu queria aqui lançar dos transportes que eu aqui vejo pouco referido, apenas aqui vejo como plano de ação no eixo estratégico 1. A Senhora Presidente da Câmara já falou há pouco aqui, mas foi muito pouco, eu pedia a senhora presidente da Câmara que não deixasse as organizações intermunicipais, mas que agarrasse ela própria essa questão. E qual é essa questão que eu me refiro? É a mobilidade de transportes entre freguesias e a cidade sede do Concelho, pois há pessoas que ainda não têm automóvel e cujo orçamento de 200 ou 300 euros que recebem da Segurança Social e não reúnem condições para se dirigirem à Sede do Concelho, nomeadamente em questões de saúde que aqui já foi referido.

È sobre os transportes também queria dar aqui uma achega por causa dos transportes urbanos, pois não estão a funcionar como deve ser, pois são várias pessoas que se queixam a mim, e com certeza também a outros Deputados Municipais, que não sabem nem os horários nem as paragens. Isso não é difícil e não têm grandes custos e a Câmara deveria estabelecer uma rede de paragens fixas, e bem assinaladas, com a informação respetiva dos horários e percursos dos transportes. Em termos concelhios eu gostaria de ter visto, mas não vi lá, e gostava de ter visto, projetos nas áreas de transporte ou pelo menos programados, embora o executivo tenha tomado posse à pouco mais de 60 dias, mas pelo menos já poderia haver a intenção de um estudo para colocar as aldeias mais próximo da cidade. Eu refiro-me por exemplo à estrada que vai para a Trindade – Mirandela – Trindade já desde o tempo anterior ao Dr. José Gama, falava-se, falava-se nós sabemos que teve uma intervenção, mas não se coaduna nos dias de hoje com aquilo que é necessário, acho que merecia outro trajeto outro traçado.

Mas não é só aquele caso, a estrada que vai para a Torre por Contins, também teve uma intervenção, mas foi uma intervenção à seculo passado, e não uma projeção projetada para o século XXI.

Na minha ótica tem 4 anos para preparar e fazerem o acesso dessa parte à cidade e de acesso à A4.

Eu também acho que uma zona que está muito pobre a nível de estradas é a zona de Valverde e Barcel que era o acesso pelo Cachão ou por Mirandela.

São aspetos que eu pelo menos gostaria de já ter visto contemplados aqui no orçamento e fica aqui o meu chamado de atenção. O meu obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

“Considerando que o Orçamento é um documento eminentemente técnico e produzido pelos trabalhadores do Município responsáveis, competentes e qualificados para o efeito, não me parece sequer adequado analisar matérias para as quais não estou capacitado.

Contudo, sempre poderei opinar sobre alguns aspetos do ponto de vista da estratégia apresentada.

Assim, tendo em conta:

Considerando que o Orçamento é um documento eminentemente técnico e produzido pelos trabalhadores do Município responsáveis, competentes e qualificados para o efeito, não me parece sequer adequado analisar matérias para as quais não estou capacitado.

Contudo, sempre poderei opinar sobre alguns aspetos do ponto de vista da estratégia apresentada.

Assim, tendo em conta:

- Restrições e constrangimentos resultantes do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, a decorrer desde 2013;
- Projetos e obras já em curso;
- O pouco tempo de exercício do atual executivo (cerca de dois meses);

Poderíamos simplesmente dizer que este é o “Orçamento Possível” e de continuidade...

Mas, permito-me destacar apenas alguns pontos que consideramos de extrema importância para a vida dos municípios, de alguma ousadia por parte do novo executivo, apesar da contenção necessária:

1. A redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em ¼ do valor;
2. A devolução aos municípios de 1% do valor do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS);
3. A recuperação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), prática que não era habitual por parte deste Município;
4. A admissão de recursos humanos para constituírem uma Equipa de Sapadores Florestais, com apoio financeiro por parte do Estado – questão diretamente relacionada com a recente aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI);

5. Investimentos no valor total de 17,5 milhões de euros, com apoios previstos de 16 milhões de euros.

Senhor Presidente da Mesa,  
Senhora Secretária e Senhor Secretário,  
Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Caros Conterrâneos,

Concluindo:

Este é também o Orçamento que, entre muitas outras coisas, nos permitirá dar apoio efetivo (e que foi prometido...) às Juntas de Freguesia...

O grupo do Partido Socialista revê-se neste Orçamento Municipal para o ano económico de 2018 e votará a favor do mesmo sem qualquer hesitação.

Obrigado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Nesta 1.ª Assembleia, quero desejar a todos um bom mandato!

“No que diz respeito ao orçamento, quero fazer algumas questões:

Perguntas:

Manutenção de Equipamentos

Pág. 6 - Redução de despesas em 200.000€ - Como sustenta estes números?

Se existe uma renovação dos LED, não implica uma despesa? Poderão existir ganhos no longo prazo, não no imediato.

Taxas Específicas da Autarquia – Outros (04.01.23.99)

Outras – 69.555€

Taxa de Depósito de Ficha Técnica da Habitação – 500€ (Abre rúbrica)

Emissão do certificado de registo – 500€ (Abre rúbrica)

Outras – 68.555€

Conforme-nos, é indicado Decreto-Lei n.º 26/2002, ainda em vigor, as receitas devem-se individualizar em subartigos. Uma vez que se tratam de 68.555€ nesta rúbrica, gostaríamos de saber os subartigos que a compõem, ou seja, que outras taxas específicas compõem este grupo?

Outras Receitas Correntes – Diversas (08.01.99.99)

Reembolso IVA – 400.000€

Diversas – 250.000€

Aparece a rúbrica diversas com um valor de 250.000€. Conseguimos compreender a necessidade de serem abertas rúbricas para situações imprevistas, no entanto prever 250.000€ constitui-se como um exagero. Novamente queremos saber naquilo que o executivo se baseou para estabelecer este valor:

Tem algum fundamento para estabelecer este valor?

Outras Receitas de Capital – Outras (13.01.99)

Outras – 400.000€

Novamente, o que são estes 400.000€?

Equipamento Informático + Software Informático

Valor 340.000€ + 51.000€ = 391.000€. O atual executivo afirmou que iria investir em equipamento informático e software, comprovando-se uma despesa de 391.000€. Em que? E de que forma?

Orçamento AIN:

4 vezes mais que o anterior: 325.500€ para 1.130.000€

Gastos

FSE: 550.000€

Gastos com o Pessoal: 340.000€ → Vão contratar? Passa de 48.000€ para 340.000€

Gastos e Perdas de Financiamento → 20.000€ para 60.000€

Receitas

Vendas de Mercadorias: 13.500 para 330.000€

Prestação de Serviços: 70.000€ para 400.000€

Subsídio à exploração: 240.000€ para 360.000€ → 120.000€ de Vila Flor + 120.000€ de Mirandela e o restante? Vila Flor dará o restante

Outros Rendimentos e Ganhos: 40.000€ → Que outros rendimentos e ganhos?

Orçamento Metro:

#### Gastos

Gastos com o pessoal: Total 41.705€ para 99.534,74€ → Como?

Remuneração do Pessoal: 33.185€ para 80.615,72€ → Aumento de pessoal?

Honorário: 5.070 para 10.140€ → Vão pagar mais ou a mais?

#### Resultado Previsional

1.º Semestre 2017 (-718,55€) passa para (-180.544,04€) em 2018.

Explicação para estes números?

Contração de empréstimo de 220.000€ é para fazer face às operações de tesouraria?

Como se explica a variação drástica de 2017 para 2018?

#### Plano de Atividades Municipal

##### Unidade Móvel de Saúde

Duas Unidades Móveis de Saúde no valor de 40.000€ cada.

São duas afinal. Aqui se inclui a oferecida pela SONAE? Será do mesmo valor?

##### Intervenção Orçamento:

Passando a uma análise do PPI, é inequívoca a revolução que se passa em Mirandela. Conforme nos demonstra a introdução do Orçamento Municipal, no próximo ano, ou nos próximos anos, serão investidos 17,5 milhões de euros em Mirandela, sendo que 16 milhões são provenientes de fundos comunitários, fruto do trabalho do executivo anterior.

As grandes obras e as grandes mudanças que se esperam, com este PPI, advêm de investimentos captados e iniciados com o executivo anterior, sendo que muito deles se estenderão até 2021, estando garantido 85% do financiamento.

Aqui destacam-se:

A educação, com as nossas escolas a serem capacitadas de melhores condições de aprendizagem para os alunos mirandenses. Uma aposta presente com um ganho para o futuro.

A reabilitação urbana, com um investimento no bairro operário e no bairro do GAT, e reabilitação dos espaços públicos e zonas envolventes aos referidos bairros. Uma estratégia de valorização da habitação e dos espaços públicos.

O investimento na expansão da Zona Industrial, visando captar mais investimento e novas empresas, em territórios em que a falta de emprego nos condena ao despovoamento.

O investimento no parque Vale da Azenha, que criará um pulmão verde no centro da cidade e confere à cidade novos equipamentos sociais.

As obras de reabilitação do Santuário. Goste-se ou não se goste, estas vão conferir a grandiosidade, tão merecida, à Padroeira Mirandense e um novo espaço para a concentração da Grandiosa Noite dos Bombos.

A construção de um Centro de Identidade e Reconhecimento do Território, o Núcleo Etnográfico de Santiago e um Serviço de Apoio ao Meseu da Oliveira e do Azeite.

A promoção dos modos suaves no centro histórico, a requalificação das redes rodoviárias, a criação de ciclovias e o melhoramento dos passeios, são obras de utilidade diária que promovem estilos de vida mais saudáveis, ecológicos e sustentáveis.

Educação, Cultura, Habitação, Emprego, Qualidade de vida, Sustentabilidade e Ecologia. Estes são os grandes pilares das políticas públicas no sec. XXI

Estes são os cerca de 16 milhões que vêm do Passado para transformar o Presente e o Futuro.

É inequívoco que as grandes transformações, o desenvolvimento e a valorização do concelho são sementes passadas que agora dão o fruto. Um fruto que promoverá melhor educação, mais qualidade de vida, mais emprego e um perímetro urbano mais ecológico, sustentável e valorizado. E, aqui, é importante reconhecer que quem plantou essa semente fê-lo em prol de Mirandela e de todos os Mirandenses e merece que seja reconhecido o seu trabalho, a sua dedicação e sua capacidade de planejar, captar fundos comunitários e aplica-los em prol de toda a comunidade.

Este é um orçamento de continuidade. Um orçamento que pouco reflete a estratégia do atual executivo, mas reflete a continuidade dos projetos iniciados com o anterior executivo.

Além disso, é notório que somos governados sem objetivos bem definidos. Olhando para o uso excessivo das rúbricas como “Outros” e “diversos”, vemos um executivo que não consegue prever a evolução futura e que “encheu” estas rúbricas com o objetivo de promover alterações orçamentais e evitar as revisões orçamentais. Estamos perante um orçamento do “vamos andando e vamos vendo”, com pouco clareza nos objetivos, grandes almofadas orçamentais e muito pouco daquilo que foi prometido em campanha eleitoral. Afinal não há outro caminho, porque quando o caminho é certo não se muda de caminho.

Assim, não vamos ser contra o que iniciamos. Os grandes projetos assegurados e financiados pelo executivo anterior, com os quais sempre concordamos e defendemos, são a quase totalidade da estratégia que nos apresentam neste documento e são uma mais-valia para todos os nossos conterrâneos.

Somos democratas, somos Mirandenses.

Por isso, não vamos impedir de governar os eleitos pelos Mirandenses. Não seremos uma força de bloqueio àquilo que queremos ver no terreno. Não faremos finca-pé por não sermos nós a “cortar as fitas” destes empreendimentos tão preciosos para Mirandela.

Seremos, sempre, orgulhosos no passado, vigilantes no presente e construtores do futuro.”

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado a todos, de facto foram intervenções bastante boas, aliás de excelência, vou tentar responder a todas as questões que foram levantadas.

Em primeiro fazer uma referência a todos os trabalhadores do Município e aos Vereadores em Permanência pelo facto de ser possível apresentar hoje o Orçamento e de ter sido já discutido com a Oposição a semana passada, e também na Reunião de Câmara, felicitá-los pelo trabalho na elaboração deste Orçamento para o ano 2018.

Este Orçamento é um Orçamento de continuidade, como não poderia deixar de ser, após dois meses da Tomada de Posse. Mas têm algumas linhas orientadoras e inovadoras que estão alinhadas com a nossa estratégia, assumida nos nossos compromissos eleitorais, como não podia deixar de ser, baseia-se essencialmente na eficiência dos serviços, serviços de água, saneamento e também de resíduos.

Por outro lado, devolve impostos, IRS e IMI, que também é um dos compromissos eleitorais, julgamos que devolver dinheiro às famílias também é promover a coesão social, promover o bem-estar de vida e a qualidade de vida e por aqui já podemos avaliar algumas inovações neste Orçamento.

A recuperação do IVA também é uma das questões que nós colocamos aqui à semelhança de outros Municípios que estão a fazê-lo com sucesso aqui no nosso distrito e portanto prevemos aqui arrecadar uma verba significativa.

Em relação à manutenção dos equipamentos de eficiência energética e comunicações, existem alguns projetos como muitos bem saberão com a experiência autárquica que têm, existem alguns projetos de eficiência energética a nível da Comunidade Intermunicipal e também a nível do Portugal 2020, e no apoio ao município. Aqui sim, estamos a falar de políticas de proximidade, falamos da Unidade Móvel de Saúde, no apoio às Freguesias e também na Equipa de Sapadores Florestais, que para nós esta é fundamental. Mas nesta questão também vos gostaria de alertar e partilhar convosco esta informação que me foi transmitida pela Autoridade Nacional de Proteção Civil que nós não temos um Plano de Emergência Municipal aprovado, e será uma das nossas prioridades no próximo ano, uma vez que infelizmente as desgraças acontecem e não podemos deixar de ter a aprovação deste Plano de Emergência aprovado porque é fundamental na proteção dos nossos cidadãos.

A nível da educação seis milhões de euros, no Plano Plurianual de Investimento a obras, de cinquenta mil que está a falar de caminhos, ruas, muros, e plano de atividades para as aldeias quatrocentos mil em transferências correntes e de capital no total de novecentos e cinquenta mil, portanto foram aumentados duzentos e cinquenta mil.

Relativamente às intervenções vou-lhe dizer Senhor Deputado *Jorge Pires*, que de facto abordou aqui duas questões fundamentais em relação à Saúde e ao Cachão.

Como existe em Mascarenhas, existem por todo o concelho postos médico encerrados e há bastantes anos, o que teria um custo bastante acrescido estar a fazer obras de melhoria e equipamentos para estes postos clínicos que foram abertos, e sabe-se lá porquê, encerraram passado um tempo.

Realmente a questão da Unidade Local de Saúde vai ser um Protocolo com a Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano, que já existe noutros Municípios. São cuidados de proximidade e prevemos ter vários profissionais de saúde, Enfermeiros, Assistente Social, Psicologia. Também é importante para os nossos idosos e o que nós pretendemos no futuro é reduzir as deslocações da população aos cuidados de saúde mais diferenciados, por exemplo às urgências, e também maximizar o nível de autonomia na autopromoção da saúde e também da qualidade de vida.

Portanto o que nós pretendemos é levar a saúde de forma regular às nossas populações, evitando também despesas às populações nomeadamente aos mais idosos, uma vez que concordo na íntegra naquilo a que se referiu a um concelho envelhecido e desertificado, com vários problemas de mobilidade.

O Cachão realmente é uma bandeira da nossa candidatura, posso-lhe dizer que o facto de termos no Cachão, os responsáveis políticos das duas Câmaras, também se deve em parte ao Município de Mirandela, pois também consideramos de todo essa visibilidade política e a diplomacia económica que vamos ter junto do nosso Governo, para podermos ter apoios para grandes investimentos e um plano estratégico para o Cachão, pois só assim poderá ter futuro o Cachão.

A responsabilidade política, é dos dois Presidentes de Câmara, e por isso o risco político vai ser nosso, e nós já estamos a trabalhar nisso, pois em janeiro vai haver a remoção do lixo, cujo programa rondará os duzentos e setenta mil euros que será suportado pelo fundamental, pois consideramos haver ali questões ambientais graves e risco de saúde pública, e que terão de ser urgentemente executados e por isso não posso de deixar de concordar com aquilo que disse.

É um Complexo Agro Industrial de excelência, que poderá desenvolver em conjunto a parte agrícola e a transformação agro-industrial de toda uma região, não será só o concelho de Mirandela e está também elencado num projeto de plano municipal de regadio, e estamos também a trabalhar no sentido que seja também uma associação da Associação Nacional dos Municípios da Terra Quente Transmontana, no sentido que seja também uma ligação entre a produção agrícola e a transformação agroindustrial, para que tenhamos uma agricultura sustentável para que haja escoamento dos nossos produtos.

O Cachão tinha na altura mil postos de trabalho diretos e muitas pessoas tem uma ligação sentimental para além de uma relação profissional com o Cachão, e de facto seria para nós uma grande honra levantarmos um equipamento que entretanto foi perdido fruto de má gestão, ao longo de décadas nunca houve um investimento sério nas grandes atividades do Cachão.

Por estar a falar da AIN eu posso dizer-vos, e passando já para algumas respostas sobre o Cachão, vocês sabem que a AIN tem também o Matadouro Industrial do Cachão, que é detentora do capital, e sabem que tem um problema em relação ao Tribunal de Contas que é conhecido aqui e dos nossos Vereadores da Oposição, porque de facto os Municípios não podem ter empresas desta natureza, com três anos de sucessivos resultados negativos.

Ao contrário de um ano que já houve algum resultado positivo, e com o subsídio direito por parte da Câmara Municipal de cento e trinta e oito mil euros. Aconteceu que nestes dois últimos anos a Câmara Municipal de Mirandela deu um subsídio de cento e vinte mil e a Câmara de Vila Flor dava cento e trinta e oito mil, há uma diferença de dezoito mil, em dois anos dá uma diferença de trinta e seis mil, que nós estamos a dever à AIN pelos compromissos que cinquenta por cento foram pelas duas Câmaras.

Este aumento de capital diz respeito a um esforço que o Presidente da Câmara de Vila Flor quer fazer relativamente ao Cachão, e que nós também vamos ter que assumir, que é ter que aumentar o subsídio mensal, que é de cento e vinte mil para cento e oitenta mil, nós temos aqui um diferencial de sessenta mil para atribuir à AIN.

Porque a situação financeira do Município de Vila Flor é diferente da nossa, eles realmente têm condições para o fazer sem qualquer problema de tesouraria e de facto nós não o podemos fazer.

Não sei se respondi a tudo, mas se houver uma questão suplementar é questão de comunicar e eu poderei fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia e à Mesa da Assembleia todas as respostas que forem colocadas.

Relativamente ao Deputado Virgílio Tavares, visão mais abrangente, verbas às Juntas de Freguesia e sistema de mobilidade e proximidade.

Relativamente à proximidade eu não concordo porque existem aqui algumas medidas de política de proximidade em relação às populações.

Relativamente à mobilidade sim, porque não ficou colocado no orçamento a mobilidade que diz respeito à Comunidade Intermunicipal porque já tinha sido tratado a transferência dos transportes públicos para a Comunidade Intermunicipal, e depois posso fazer-lhe chegar a lei que vincula esta decisão. Mirandela vai transferir essa competência para a Comunidade Intermunicipal, aliás já transferiu, já existe esse compromisso, unicamente falta fazer o contrato.

Relativamente aos transportes urbanos, comunicação de horários e paragens, sim tem completa razão temos de fazer uma total revisão, com paragens fixas e bem assinaladas como existe em qualquer outra cidade, pois os passageiros que fazem estas viagens regulares, conhecem mas que vem de fora não conhece e os outros passageiros que não frequentam os transportes públicos também não conhecem e têm dificuldade em saber os horários e paragens.

Em relação ao acesso às Freguesias nós temos muitas necessidades, temos que fazer um levantamento, correto e coerente em todo o concelho para que possamos criar prioridades para que possamos investir nalguns acessos. Estou ali a ver o Presidente da Junta de Alvites, que também tem lá uma situação grave, mas existem muitas outras situações que terão de ser revistas e estabelecer com todos através do Gabinete de Apoio às Freguesias um plano estratégico definindo prioridades, pois não vai haver dinheiro para fazer tudo num curto espaço de tempo.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado *Nuno Magalhães*, dá-me ideia de que está muito bem informado sobre o orçamento para 2018, até porque tem determinadas situações técnicas e não políticas que faz referências, sugiro-lhe que leia atentamente o Orçamento de 2017, que encontrará respostas para muitas das suas dúvidas. Pois muitas dúvidas de que fala existiam realmente para o orçamento para 2017, é fácil criticar por criticar, a fonte de informação pode ser a mesma, é só ver junto do orçamento de 2017.

Quando fala nos outros, o orçamento do ano passado até tinha valores superiores, e quando fala em outros e diversos, pode consultar rubrica a rubrica, e poderá constatar que esse orçamento de continuidade de que nós falamos aqui foi feito pelos mesmos técnicos, apenas com algumas orientações estratégicas, e portanto julgo eu não existirem lacunas nessas rubricas consideradas como outros e diversos.

Também o aconselho a ir à Câmara, ao setor financeiro e certamente que terá todas as dúvidas esclarecidas.

Relativamente à despesa que falou em relação à Unidade Local de Saúde, há uma divisão de despesas, despesas com o pessoal (motorista) e outra com os consumíveis. Em relação com o pessoal é a Unidade Local de Saúde, como acontece com outros Municípios, que será responsável pelas questões médicas de enfermagem e de todos os profissionais de saúde envolvidos. Também quero partilhar convosco alguns problemas graves, que eu também quero partilhar convosco, e porque também são uma preocupação nossa, isto diz respeito a alguns processos jurídicos que estão a decorrer, como é o da derrocada do LIDL, que infelizmente já vai fazer quatro anos em janeiro e ainda existem vários processos em Tribunal em que a Câmara foi condenada por uma providência cautelar.

Tivemos um processo de negociação com os moradores e entretanto foi concluído sem sucesso, devido às avaliações das casas, para nós é um processo muito complicado, pois poderá por em causa durante anos o nosso trabalho, o nosso orçamento.

Relativamente à Zona Industrial, lamento o processo como foi até aqui, pois o terreno é muito difícil, pois todos os técnicos nos dizem que a movimentação de terras vai ficar mais caro do que a construção dos pavilhões, e sendo assim não estou a ver nenhum investidor vir aqui a Mirandela a ter esses gastos.

Por isso estamos a reavaliar a Zona Industrial porque os sessenta e sete lotes que existem sentem-se desacuados, e não temos investidores que queiram vir para aqui quando têm de fazer a tal movimentação de terras e ficar muito caro, no sentido de haver menos lotes e mais bem implantados e com área de armazenamento superiores. Uma situação que os Serviços Técnicos estão a estudar, e nós naturalmente confiamos no trabalho deles, e nas propostas e soluções técnicas que eles vão apresentar, e eles estão a fazer um trabalho em conjunto com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Este é um orçamento que nós temos para 2018, que rondará os trinta e nove milhões de euros, um orçamento que é bastante mais alto que o ano passado, pois estamos a falar de projetos já que vem do ano passado, este é o orçamento que podemos apresentar a todos e que contamos com a vossa anuência e a vossa compreensão para qualquer falha que possa existir, não no orçamento em si mas a nível de texto, no fundo as Grandes Opções do Plano de 2018 e 2021 estão vertidas os nosso trabalho e a nossa estratégia para este mandato.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu gostei muito de ouvir as suas palavras, eu muito sinceramente nem conhecia o documento, mas agora estive a dar uma vista de olhos e verifiquei uma situação que é esta: a realidade de 2017 é a realidade de 2018, é aquilo que me parece. O que é que isto tem a ver são os dezasseis ou dezassete milhões de euros que vem das obras de trás, e que a Senhora Presidente vai colocar os trinta e nove milhões, isto digo eu não sei, mas talvez esteja enganado, mas é para isso que está aí para me esclarecer.

O que é que eu entendo da minha visão pragmática, eu entendo para Mirandela e para o meu concelho que eu muito gosto. Eu acho que as obras devem ser feitas, devem ser executadas e além destas obras no Plano Plurianual, que eu também estive a ver, faz referência a certas situações em que fico com o meu pé atrás, isto é uma dúvida. Mas como teve pouco tempo para elaborar o orçamento eu deixo essa dúvida, pois daqui a mais um ano terá mais tempo e com sucessos profissionais, com mais tempo para os resolver, e penso que isso será uma mais-valia para o ano do orçamento, mas este ano foi um copy/paste este orçamento. Pode ter alguma verdade em relação aquilo que a Senhora Presidente pensa, mas só lhe vou aqui recordar uma coisa, que diz que é possível cumprir os compromissos assumidos e projetar outros horizontes no futuro face à realidade económica que vivemos, conjuntamente com o condicionamento das transferências do Estado e passivo financeiro. Coisa que talvez não vá acontecer consigo, pois o seu Governo vai dar-lhe muito dinheiro para fazer as obras, Complexo Agro Industrial do Cachão, rotundas, estradas, como dizia o Senhor Deputado Virgílio a estrada para Mascarenhas, oxalá que isso acontecesse, isso era ótimo para a minha terra.

E tendo por base esta panóplia de situações, que o mais comum dos cidadãos compreende sempre com a certeza, que é um exercício só possível para quem está na política autárquica há muitos anos. E torno a repetir a Senhora Presidente, há muitos anos, Senhora Presidente sabe quando disse isto? Sabe, foi em 2010 e votou contra o orçamento, não sabia está aqui numa ata que eu fui buscar, eu agora não vou votar contra o seu orçamento, porque eu acho que tem a capacidade de fazer um bom orçamento, mas digo-lhe com toda a sinceridade este é um orçamento que vem de trás, tinha as dotações financeiras, a Ação social, trabalhadores, juros da dívida, tinha tudo isso pronto, o seu orçamento é de dois meses. Fica ao seu critério e que daqui a um ano, espero, que seja um orçamento enquadrado com a realidade de Mirandela.

Desejo um Bom Ano para todos vocês.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, lamento informar mas em 2017 não era membro desta Assembleia, por isso não podia fazer estas questões, mas fui mais além e felizmente sempre estive atento aos Orçamentos do meu Município. Embora se queira dizer e parecer este é um documento técnico contabilístico, onde realmente se vê toda a estratégia que queremos para o concelho. Em 2018 está a Senhora no poder, por isso lhe fiz estas questões, a Senhora é que me remeteu para o orçamento passado 2017, pois como bem sabe faço parte do Conselho Municipal da Juventude. Aqui vejo que não há vontade de esclarecer a Assembleia Municipal, e ainda me remete para os serviços financeiros da Câmara. Será com todo o gosto que eu vou aos serviços da Câmara e farei esse trabalho e que na próxima Assembleia informarei todos os membros das perguntas que aqui coloquei e que a Senhora Presidente se recusou a responder.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as intervenções que foram feitas e começando pela última, eu percebo e já deviam perceber, que em política não vale tudo e tudo também aos Jovens porque eles deviam ter uma responsabilidade acrescida, eu não me recusei responder eu apenas lhe disse e apelo a que vocês se entendam, porque o Deputado e Arq. Figueiredo veio aqui dizer que foi copy/paste.

Mas o Senhor Deputado Nuno Magalhães veio colocar uma série de questões, mas vocês entendam-se então é muito diferente do outro ou não é. As críticas devem ser feitas de forma coerente e o facto de não ser Deputado o mandato passado eu também não o era, mas isso não me desresponsabilizo de saber o que se passou no outro mandato, pelo contrário obriga-me a ver os outros documentos.

As questões que fez foi de rubrica a rubrica, tenho todo o gosto em lhe responder a essas questões, se me enviar as perguntas até lhe posso responder às questões, não vamos tornar esta Assembleia de rúbrica a rúbrica de questão a questão. Até me pode dizer porque colocou esta rubrica na Junta de Freguesia e não num espetáculo de luz eu até lhe posso dizer e explico-lhe porquê, porque são opções políticas. Agora as rubricas de outros e diversos, eu aconselhei-o a ir ver o orçamento do ano passado porque está exatamente igual como bem disse o Deputado Figueiredo, e eu concordo com ele mas teve o estudo necessário para fazer esta questão.

Relativamente a outras questões levantadas pelo Senhor Deputado Figueiredo só lamento informar que cento e sessenta mil euros não é nada, de facto cento e sessenta mil euros devolvidos às famílias não é nada, mas para muitas famílias é muito. Nós não subimos o IMI, e o Senhor Deputado o ano passado votou favoravelmente.

É óbvio que nós herdamos o positivo e o negativo, e as obras que estavam orçamentadas, cabimentadas e em execução com certeza que não iam parar, e é nossa obrigação assumir os projetos e os compromissos da Câmara Municipal. Lamento que haja muitas obras que nem estavam requisitadas e que terei todo o gosto em trazer na próxima Assembleia, a relação de obras que temos conhecimento de outros ainda nem teremos, e isso até já foi pedido aos Senhores Vereadores da Oposição.

O que eu posso adiantar é que há algumas obras eu não faria pelo montante que estão a ser feitas, e com investimentos muito avultados, e vamos ter um ano comprometido com estas obras. Até posso falar das obras de N. Srª do Amparo que não são obras interiores à N. Srª do Amparo mas sim à envolvente, são obras todas em granito muito caras embora seja participada, mas a Câmara vai assumir parte do seu orçamento, mas ficamos limitados se temos obras não podemos fazer outras obras e também gostaríamos de fazer provavelmente as nossas obras que não seriam estas e teríamos outras oportunidades. Mas temos de honrar os nossos compromissos porque a Câmara Municipal, passe quem passe por aqui tem de honrar o bom nome e a dignidade com quem trabalha.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, e 29 abstenções e um voto contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2018”**



### 6.3 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.). – 2018.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 4%, a incidir sobre os rendimentos de 2018, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD, vai votar favoravelmente a favor do IRS, pois consideramos que é um abaixamento de impostos, e estamos a favor desse princípio, contudo a Senhora Presidente em campanha eleitoral prometeu a devolução na sua totalidade, esperamos que o faça nos próximos anos.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

A CDU diz e pensa que este imposto entregue às Câmaras Municipais, pelo Estado, mas o Estado arrecada 95% do imposto, e chuta para as Autarquias uma pequena migalha de 5% deixando ao critério das Autarquias esta devolução ou não aos Municípios. Somos contra porque esta devolução à população não é significativa, a CDU achamos que devia ser o Estado a fazer este tipo de intervenção quando faz o plano de atribuição dos rendimentos, assim sendo achamos que este valor de 1%, seria bem mais benéfico para a autarquia, porque 1% representa uns míseros euros para a população de Mirandela.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 59 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.). – 2018”**

### “6.4 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.) – 2017.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar, por unanimidade, a Taxa de 0,375% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2017 aos prédios urbanos;
- 2 – Aprovar, por unanimidade, a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 – Aprovar, por unanimidade, nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
  - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
  - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
  - Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 4 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal, *Jorge Humberto* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que a CDU diz a acerca desta pequena baixa de IMI, podemos considerá-la como positiva embora fique muito aquém daquilo que era necessário e possível, rejeitar a ideia de que a redução fixa em função do número de dependentes, por não trazer qualquer ou nenhum elemento fiscal, não devem ser considerados os 20, 40 ou 70 euros no incentivo à natalidade é nulo. As majorações que vão ser aplicadas de 30% às casas devolutas, poderia ser aproveitada essa receita para baixar o imposto do IMI e desta forma beneficiar todos os Mirandelenses.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

A Taxa de Imposto sobre Imóveis, Senhora Presidente se quer falar de política a sério temos aqui nesta proposta muita política para conversarmos porventura entrarmos num acordo.

A sua proposta visa ter um abaixamento de impostos de 0.025, mas a questão nem é política é porventura administrativa. Esta proposta através dos seus Vereadores no Executivo do PSD, têm andado a dizer que por falta de tempo estes documentos não têm sido tratados convenientemente, admitimos que por falta de tempo e ninguém nasce Presidente de Câmara, mas esta proposta aqui apresentada não tem aqui a deliberação da Câmara Municipal, como pode verificar. Isto por si só impede-nos de votar aqui estas propostas. Se porventura nós decidirmos aqui não votar esta proposta, sabe o que acontece Senhora Presidente, a tal comunicação que tem que fazer até ao final do ano às Entidades competentes o Imposto do IMI, desce para 0,3 e Câmara Municipal arrecada dois milhões e meio de euros. A Senhora Presidente quer o abaixamento de IMI que propõe, ou nós por questões de forma e que não está aqui lavrada a decisão do Executivo, quero o abaixamento do IMI para 0.3, estou-lhe a fazer esta proposta com o sentido de responsabilidade.

----- **O Senhor Secretário da Mesa José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Paulo Pinto a proposta terá sim de passar pela Mesa da Assembleia, agradeço de fato essa observação, mas a Mesa já tinha dado conta desse lapso e já temos aqui na Mesa o documento corrigido ou seja com a deliberação e que vai entregar a todos os Senhores Deputados, ou alguém vê inconveniente nisso, para que possa então se proceder à votação e em conformidade com a vontade expressa de cada Grupo Municipal.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que está aqui em questão, é um lapso administrativo e não um lapso político, de facto houve um erro na transcrição da deliberação, que por lapso a trabalhadora em questão não a transcreveu na sua totalidade, e eu assumo essa responsabilidade como Presidente da Câmara.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar os pontos da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) – 2017:**

- 1 – Aprovar, por maioria, com um voto contra e uma abstenção a Taxa de 0,375% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2017 aos prédios urbanos;**
- 2 - Aprovar, por maioria, com uma abstenção, a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;**
- 3 – Aprovar, por unanimidade, nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:**
  - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;**
  - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;**
  - Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.”**

**6.5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2018.**

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2018, ou seja, de 0,25%;
- 2– Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2018, ou seja, de 0,25%.”

----- O Senhor Secretário da Mesa *José António Ferreira (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os trabalhos não podem ultrapassar as 19.00 horas, sem ir a votação.

Mas temos duas propostas na mesa: a proposta A a do Senhor Deputado da CDU para os trabalhos serem interrompidos e começarem amanhã às 9.30 hrs.

A proposta B apresentada pelo senhor Deputado do CDS e reforçada por outros Deputados nomeadamente pelo Senhor Deputado Jorge Pires que os trabalhos continuem até terminarem.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a proposta A e foi chumbada, pelo que vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

#### **6.6 – Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de novembro de 2017 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:  
1 - Aprovar a Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal;  
2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Arquivo Municipal.”

#### **6.7 - Proposta de Designação dos Representantes do Município na Assembleia Geral das Empresas Locais e demais Entidades.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de dezembro de 2017 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Designação dos Representantes do Município na Assembleia Geral das Empresas Locais e demais Entidades, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Designação dos Representantes do Município na Assembleia Geral das Empresas Locais e demais Entidades.

#### **6.8 - Comunicação da Designação dos Conselhos de Administração da Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN) e do Matadouro Industrial do Cachão (MIC).**

-----Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 07 de dezembro de 2017 para conhecimento:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires (PSD)* disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Era só para reforçar o que disse na minha intervenção, que eu sou de opinião que nestas matérias trata-se de gestão de empresas embora haja uma grande componente política se entregue o Conselho de Administração a profissionais, sejam da área de economia de direito e acrescento á minha proposta havendo uma fiscalização que pode ser através do Conselho Fiscal dos membros das autarquias.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu concordo em absoluto com a proposta, nós ainda tomamos posse à relativamente pouco tempo, ainda estamos num período de avaliação. Reunimos já com a anterior Administração, e por isso estamos a avaliar a perspetivar quer em relação ao Matadouro quer em relação à AIN. E sobre isso, recebi agora um e-mail a dizer que já saiu um despacho em que estão contemplados 270 mil euros do Ministério do Ambiente, para a retirada do lixo.

É uma boa notícia, pois saiu hoje o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente, por isso estamos em condições de em janeiro começar a retirada do lixo e só a partir daí é que poderemos começar a trabalhar no Complexo e procurar investidores, para ter a mais-valia que aquele complexo representa para todos.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Designação dos Conselhos de Administração da Agro Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN) e do Matadouro Industrial do Cachão (MIC).**

## **6.9 – Proposta de Reorganização da Estrutura dos Serviços Municipais.**

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos membros dos PSD e quatro votos a favor dos membros do PS:**

- 1 - Aprovar a presente proposta de estrutura orgânica, correspondendo a respetiva organização interna ao modelo de estrutura hierarquizada, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;**
- 2-Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta minha primeira intervenção além de cumprimentar todo o Executivo, vou começar por pedir autorização ao Senhor Presidente da Mesa para fazer um cumprimento pessoal e especial à Exm.ª Senhora Vera Preto do Executivo, pois já tenho saudades das nossas conversas, e sinceramente desejo-lhe todo o sucesso do mundo, pois tu mereces.

A questão que me trouxe aqui foi a reorganização dos serviços, e segundo os fundamentos da própria proposta eu agradecia que os Senhores deputados Municipais pudessem ler os documentos, pois isto vem a seguir a uma polémica administrativa, mas o que eu vou falar aqui não é um erro administrativo. É mais do que isso, mas se o Executivo necessita da aprovação da Assembleia Municipal a Assembleia deve ter conhecimento daquilo que vai votar, senão corre o risco de votar qualquer coisa como uma folha em branco. No fundo os documentos apresentados pelo Executivo na Certidão extraída têm 6 alíneas a c) e d) estão manifestamente expostas na proposta de reorganização, que diz basicamente que é um modelo de estrutura hierarquizada, com seis Unidades Orgânicas Flexíveis e seis Subunidades Orgânicas, acontece que e eu alerto a Mesa para este facto que o ponto e) e f) não está exposto na proposta de alteração da estrutura.

Se me permite o Executivo, eu como Membro não posso votar uma proposta de alteração, quando na sua fundamentação está lá expresso no ponto e) e f) aspetos que eu depois não vejo vertidos no documento é que nós corremos o risco de votar neste caso se for favorável uma alteração que até pode inferir de um vício informal.

Só para entenderem o que eu estou a dizer quem não esteja a ler o documento diz assim, e foi escrito como fundamento para alteração da estrutura Orgânica do Município e foi escrito pelo executivo e então diz assim:

Alínea e) – Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa;

Alínea f) – Definir o número máximo de equipas de projeto.

Eu peço desculpa, mas se olhar para o documento eu não vejo aqui nada, mas o que é certo é que o artigo nº 6 do mesmo Diploma 305/2009 diz o seguinte:

Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, aprovar estes seis itens, mas peço desculpa, mas os últimos dois eu não sei quais são? E estão a pedir-me a mim como Membro desta Assembleia para votar, pois não sei, pois se houver votação não sei se não estaremos a aprovar uma coisa para a qual nós não tivemos conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que espera que o Executivo esclareça essa situação.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Aquilo que o meu companheiro disse, eu concordo plenamente com ele, pois a lei é clara isto tem a ver com o procedimento, e o procedimento diz assim, é uma estrutura Orgânica da Câmara, é o Decreto-Lei 305/2009. Há regras e critérios previstos na lei. A Câmara Municipal deveria fazer um cronograma. Em relação à Presidente de Câmara, Vereadores, se tem Departamento ou não, se têm Chefe de Divisão ou não, isto é uma Proposta Vinculativa pois não sabemos em quem vamos votar. Pois eu quero votar numa pessoa mas quero saber se realmente me interessa ou não me interessa, e isso é vinculativo a nível de procedimentos legais, pois estamos a desvirtuar completamente a Lei. Pois eu não sei como a estrutura está realizada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para mim isto não é uma estrutura nova mas sim uma proposta de reorganização, no entanto tive aqui algumas dúvidas em perceber aqui algumas questões. E é por isso que eu questionava a Senhora Presidente que nos explicasse. Constatamos aqui que são quinze cargos dirigentes e seis Subunidades Orgânicas. E a proposta aprovada pelo Executivo em reunião de Câmara

fala seis Subunidades Orgânicas Flexíveis e seis Unidades Orgânicas, afinal nesta Proposta quantos cargos dirigentes vai ter, para podermos comparar esta reestruturação

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Proposta de Reorganização da Estrutura dos Serviços Municipais é fundamental para o trabalho que vamos realizar no próximo ano, e no Orçamento o que está em causa não é a apresentação do Organograma, mas sim a organização da estrutura dos serviços municipais. Nós já tínhamos aberto o procedimento na Reunião do Executivo e trata-se de um procedimento legal que também foi adotado no anterior Executivo.

Aquilo que nós aprovamos em Reunião de Câmara diz apenas respeito à reestruturação dos serviços municipais e que passo a explicar.

Neste momento nós temos uma estrutura hierarquizada como é esta, a alteração que temos é deixar de ter no Organograma um Diretor Geral, neste momento a Câmara Municipal tem um Diretor Geral que fica estilo escudo entre os Vereadores e o poder político muito valorizado e bem no anterior Executivo, mas nós estamos em condições de não o ter na nova Orgânica.

Depois na simplificação dos Cargos Dirigentes, temos quatro Chefes de Divisão e dez Unidades Orgânicas Flexíveis, portanto dos quinze Cargos Dirigentes passaríamos para seis, porque as seis Subunidades Orgânicas, são os Coordenadores Técnicos de carreira que já existem.

Chegamos à conclusão que não precisávamos de tantos Cargos Dirigentes e níveis intermédios. Esta é uma questão que julgamos fundamental, não só pelos recursos financeiros envolvidos, poderá até não haver uma grande diminuição da despesa direta, mas há certamente uma grande diminuição de tempo de envio para decisão. E por isso, e também fruto de uma reorganização dos serviços e dos compromissos foi a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias que embora não sendo cargo dirigente não vem aqui mencionado, achamos fundamental este voto de confiança nesta reorganização é a forma como nós queremos trabalhar com menos dirigentes, e uma maior articulação e funcionalidade dos serviços, não está aqui em causa o que foi feito no passado. Os Dirigentes em si, pois esses profissionais estão até aqui nos cargos e fizeram até aqui um excelente trabalho, mas é com esta mudança que nós queremos trabalhar, e nós acreditamos que vai haver esta confiança para o próximo orçamento de 2018.

----- **O Senhor Deputado Carlos Ventura (PSD) disse:**

Senhora Presidente, quem manda deve poder organizar os serviços da forma que melhor entende, essa questão é uma não questão. No meu entendimento não é o Executivo querer mudar a estrutura organizacional do Município, longe disso, é que naquela proposta há ali itens com fundamentos que o Executivo utiliza para apresentar a Reorganização e depois não têm lá nada.

Estão a pedir-me para eu votar um ponto que eu não tenho lá nada, ou seja não tenho conhecimento. Aliás a Senhora Presidente já falou mais aqui do que está vertido naquele documento.

Se calhar até ainda têm mais para falar, mas estão a pedir-me para eu votar, e é logico que querem que eu vote favoravelmente a Orgânica do Município, mas eu da forma como está apresentado o documento tenho de votar desfavoravelmente. O Executivo necessita dessa autorização da Assembleia, mas com todo o respeito o Executivo deve fazer chegar aos Membros da Assembleia informação útil e que cumpra os fundamentos que explanou na sua proposta. Disse.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Tem toda a razão Senhor Deputado *Carlos Ventura*, com o entusiasmo em explicar toda a Orgânica esqueci-me, mas de fato este Diploma no artigo 6.º diz: “aprovar o modelo da estrutura Orgânica a adotar”. Nós mantivemos a estrutura hierarquizada não vão existir Unidades Orgânicas Nucleares, que é o tal Diretor Geral definir o numero máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis, definir as Subunidades Orgânicas que são seis, que já existem, e depois em relação às equipas de projeto e multidisciplinares não vamos ter porque ia haver um grande acréscimo remuneratório. Assim também não vamos ter, o Organograma vai ter Chefes de Divisão e Unidades Orgânicas, não vai ter equipas multidisciplinares e nem de projetos. O Gabinete jurídico que fez o despacho não considerou estas estruturas neste modelo Orgânico.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, com 26 votos a favor, 21 contra e 7 abstenções aprovar a Proposta de Reorganização da Estrutura dos Serviços Municipais.**

**“6.10 - Proposta de Alteração dos Estatutos da Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN).**

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de dezembro de 2017, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1-Aprovar a Proposta de Alteração dos Estatutos da AIN-Agro-Industrial do Cachão, EIM, S.A.;**
- 2-Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Não tive nem tenho acesso ao documento anterior ao pacto social e gostaria que me elucidassem sobre o artigo 4º. ou seja o capital social é de dois milhões e oitenta mil euros e é inteiramente representado por dois milhões e oitenta mil ações como valor nominal de um euro cada. E o que eu gostava de saber se no anterior documento haveria abertura à compra de acionistas das ações do Cachão, porque o que aqui está é que está aberto a possibilidade de comprarem ações do Cachão, era esse o esclarecimento que eu queria. Obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu agradeço a questão que foi colocada, esta alteração do Pacto Social serviu simplesmente para alterar os anos de mandato ou seja antigamente era de três anos e o que seria correto era fazer coincidir com os mandatos autárquicos, e serem de dois mais dois, sendo que vai haver rotação da AIN e do Matadouro.

Foi já colocado à venda o Matadouro não houve nenhuma proposta, mas não estou a falar da AIN, são processos diferentes com quadro de pessoal diferente, esse é um dossier que julgo que na próxima Assembleia, fazer algum in foco nesta empresa Municipal, porque de facto foi esta uma das questões que eu foquei aos partidos da oposição quando estiveram na Câmara Municipal para debaterem o Orçamento, disse que os ia chamar mais vezes para debater com eles estas questões e uma delas é o Complexo Agro Industrial do Cachão e o Matadouro.

Ainda não posso responder o que vai acontecer no futuro mas uma das questões poderá ser mesmo a venda do Matadouro, isto porque, o Matadouro está a fazer uma prestação de serviços, não pode fazer comércio, além dos resultados positivos fruto de uma reestruturação dos Recursos Humanos que foi feito um despedimento coletivo, conseguiu-se fazer uma melhor gestão e é possível fazer melhor e que um privado possa gerir em conjunto ou não com os Municípios e com capital social superior ao estado coisa que os Municípios têm dificuldade em fazer.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Senhora Presidente não fiquei esclarecido, eu sei que o anterior Executivo pôs a possibilidade da alienação do Cachão e o PCP votou contra na altura. O que eu queria saber agora era em relação a este artigo 4º se este atual Executivo com esta reestruturação está a abrir o capital social da AIN a acionistas privados.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Deputado, já têm acionistas privados embora pequenas ações entregues a privados, pois a grande maioria está dividida entre os dois Municípios. Ainda não lhe posso dizer muito concretamente, se houver parceiros que possam trazer uma mais-valia de investimento ao Cachão, isso será uma decisão do Conselho de Administração, eu julgo que vindo aqui à Assembleia a dar conhecimento dessas decisões poderá ser uma solução e poderá criar uma viabilidade económica diferente da que existe hoje.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Era realmente este ponto que eu queria realçar é que nesta continuação de alienação do património público como é o caso do Cachão, Resíduos do Nordeste, é por isso com essa alienação que temos o lixo em Mirandela e da qual o PCP vota contra.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor e um voto contra, aprovar a Proposta de Alteração dos Estatutos da AIN-Agro-Industrial do Cachão, EIM, S.A.**

### Outros Assuntos de Interesse para o Município.

#### **7- Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Eu não podia deixar de aproveitar a introdução com que esta Assembleia abriu os seus trabalhos preâmbulo simpático com que o Senhor Presidente da Mesa, pelas afirmações que fez sobre a ANAM, registei claramente que V. Exª é contra mas eu não queria de deixar de dizer nesta casa, que esta Assembleia está vinculada a uma deliberação que foi aprovada. Eu só queria recordar que esta escritura foi feita em Mirandela, foram doze dos seus Homólogos de então, Presidentes das Assembleias Municipais e das Regiões Autónomas e que foi um movimento muito importante, e o que eu quero aqui defender e respeitando as posições de cada um de nós, a dignidade de cada um de nós. O Senhor Presidente da Assembleia disse a pouco que as Assembleias estivessem na ANMP, mas V. Exª sabe tão bem como eu que a Associação Nacional de Municípios como é conhecida no vulgo na semântica do poder local é pela Associação dos Presidentes de Câmaras Municipais.

E se quiser dizer quantos Presidentes das Assembleias Municipais estão representados na Associação Nacional de Municípios Portugueses, irá descobrir que estará um apenas.

O que eu quero insistir, divulgar pelo país é que as Assembleias Municipais, têm que lutar pela sua dignidade, e a sua dignidade é igual à de Freixo-de-Espada-à-Cinta, à de Lisboa é que sobrevivem pela sua autonomia. Isto é enquanto houver dependência das Assembleias Municipais, do poder Executivo, na nomeação do apoio administrativo, e na ausência sistemática da ausência do orçamento. As Assembleias Municipais não sobrevirão, com a autonomia e a dignidade que o legislador e a legislação da constituinte lhe atribuiu. Era só pois não me alongarei mais devido ao tempo.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Luis Guimarões disse:**

Eu respeito a sua opinião em relação a esta Associação das Assembleias Municipais, e como lhe digo na Associação Nacional de Municípios todos por inerência têm assento, nesta só quem se inscreve. E quando diz e têm razão, de facto a ANMP é comandada pelos Executivos Camarários, mas a culpa é nossa. Porque estamos três frações que são Presidentes de Câmara, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia em igualdade de circunstâncias, nós é que permitimos isso é que somos permissivos. O que eu acho é que uma Associação que eu acho que tem o seu valor embora eu não me reveja nela mas têm o seu valor, para se olhar de frente e mudar o seu valor. Em relação ao tal vínculo que você refere eu não concordo e sabe porquê?

Porque em vinte e seis de Março o Senhor veio aqui dizer mas em nome pessoal, porque os estatutos naquela altura era o que previam, era uma aderência em nome pessoal que o Senhor era associado e até fez aqui uma referência que até podia ser como Presidente da Assembleia. Tudo bem no entanto em 2017, foram alterados os estatutos e o Senhor esqueceu-se de os trazer aqui à Assembleia, a fim de o Executivo ser associado ou não e assim as coisas mudam de figura e então o que acontece a Assembleia Municipal de Mirandela, não é associada, aliás o Município não é Associado da sua Associação, por esquecimento, mas em toda a altura podemos reverter essa situação, pois neste momento todas as outras Câmaras, ou seja as Assembleias Municipais levaram a votos a aprovação dos novos estatutos essa Associação e o Deputado Manuel Pavão esqueceu-se de levar a Associação à sua Assembleia Municipal, por isso nós não estamos vinculados e quanto a isso não à volta a dar.

**----- O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Não posso de deixar de informar esta Assembleia do seu desconhecimento.

Esta casa esta Assembleia, através de uma dedicada funcionária que apoia a Assembleia, tem perguntado e investigado junto dos demais Municípios, em que data foi emitida a certidão da Assembleia e a votação para a ANM. Foi uma decisão unitária dos Executivos Municipais.

O Senhor Presidente da Mesa Luis de Guimarões disse que lhe podia dar um exemplo por exemplo o Senhor Vice-Presidente de Moncorvo, teve de se demitir porque a Assembleia Nacional de Moncorvo quando apresentou os novos estatutos deu-lhe uma nega, o Senhor sabe isso.

O Senhor Deputado José Manuel Pavão disse o Senhor está enganado, essa demissão nada teve a ver com as Assembleias Municipais foram outras razões de índole local.

Também quero dizer-lhe que fez aí uma afirmação quanto à composição dos Órgãos Associação Nacional dos Municípios, quando renunciou as freguesias eu quero também lhe dizer que os eruditos os catedráticos do Poder Local dizem que Município são Assembleias e Executivo, Freguesias são autarquias. Ficamos por aqui pois não vamos roubar mais tempo a esta Assembleia dado o avançado da hora.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD estará sempre aberto ao diálogo, e disponíveis para estabelecer parcerias a fim de debater o futuro.

Queremos com isto dizer, que hoje colocam-se aos municípios desafios que ultrapassam a esfera da gestão autárquica diária.

O posicionamento do Municípios no contexto regional e em relação aos demais, merece um contributo alargado que envolva as instituições do concelho, dos partidos políticos e grupos de cidadãos.

Temas como:

- O desenvolvimento económico local e regional, numa perspectiva de cooperação intermunicipal; a descentralização, a reorganização dos serviços públicos, o intermunicipalismo, sectores da água, saneamento e resíduos, a heterogeneidade dos territórios, são temas com que os municípios se defrontarão no próximo quadriénio, daí lançarmos este repto.

“Política é mostrar a diferença. E grande política é encontrar compromissos na diferença”, pelo urge mudar mentalidades e comportamento.

“A política de futuro é ponto de partida para imaginar o futuro, ajuda-nos a perceber o presente”. Assim seja!

Bom Ano a todos e continuação de Boas Festas.

**----- O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Dado ser a minha primeira intervenção, aproveito para apresentar cumprimentos a toda a Mesa na sua pessoa, desejar um bom mandato.

Também cumprimento na pessoa da Senhora Presidente todo o Executivo, fazendo votos de um bom desempenho no mandato, também aproveito para cumprimentar todos os eleitos à Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesia, que por inerência são também Membros da Assembleia Municipal.

Eu gostaria também de fazer uma recomendação ao Senhor Presidente da Assembleia, pois parece que ficou bem claro para a Assembleia a redação dos documentos que vem aqui a esta camara, porque houve aqui duas votações que poderiam ter consequências complicadas para o Executivo e não me parece que tenha sido essa a vontade dos Grupos Parlamentares, quer com o IMI e essa situação foi ultrapassada e muito bem quer com a Reorganização dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal e como disse e muito bem pelo meu colega Deputado Ventura, os novos Executivos têm todo o direito de reestruturar os serviços como muito bem entendem e a Assembleia deve dar-lhe esta oportunidade, quem ganha deve governar como muito bem entende e ouve um sentido de voto do nosso Grupo Parlamentar salvo algumas pessoas que se abstiveram, no sentido de votarem contra, não é um sentido de voto contra, a dizer que não queremos uma Reorganização dos serviços administrativos, mas sim pelo documento que nos foi apresentado que levou a consequências que nos levou a votar contra e isto será de evitar

futuramente porque se o documento estivesse bem redigido e a Proposta estivesse bem-feita, provavelmente o sentido de voto seria outro.

Depois gostaria também de dizer porque nesta Assembleia há muitos Membros novos que isto é um processo de aprendizagem, uns aprendem mais depressa e outros nem tanto para que de futuramente haja elevação nas intervenções. É verdade que foi uma primeira intervenção e é normal que ainda haja algum acalorado das Eleições que ainda não está bem resolvido, mas que em futuras Assembleias as situações possam ser mais célebres e possamos todos ser mais objetivos na situação que se pretende.

Para terminar gostaria de favor votos de um bom Ano de 2018, para todos os presentes. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Venho só dar uma nota informativa e que já se arrasta há vários anos mas que nunca foi resolvida. É sobre uma apreciação que eu mandei fazer à Inspeção Geral de Finanças, sobre a apreciação dos projetos de arquitetura e que passo a ler.

A questão suscitada consiste em saber se um engo. Civil possui a qualificação técnica necessária para proceder à apreciação dos projetos de arquitetura, em termos do artº 20º, nº 1 do RJUE, tal como alegadamente sucede na C.M. Mirandela.

De acordo com o artº 5º (Apreciação de projetos) da Lei 31/2009, de 3 de julho.

» Sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 42º do Decreto-lei nº 176/98 de 3 de julho, no que respeita ao projeto de arquitetura, a Administração pública e os donos de obra pública dotam os seus quadros de funcionários e trabalhadores com qualificação adequada para apreciar e analisar um projeto no âmbito de uma obra sujeita a licenciamento, comunicação prévia ou procedimento pré-contratual, podendo decorrer a entidades externas, dotadas de técnicas qualificadas para esse fim, quando tal se revele conveniente para o cumprimento desta obrigação”

Ora, o referenciado no nº 4 do artº 42 (exercício da profissão) do DL 176/98 de 3 de julho, exige que:

» “ A intervenção do arquiteto é obrigatória na elaboração ou avaliação dos projetos e planos no domínio da arquitetura”

Neste sentido, o artº 10 (qualificação dos autores do projeto), nº 2 da Lei nº 31/2009, estabelece também que:

» “Os projetos de arquitetura são elaborados por arquitetos com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos”

Face ao exposto e salvo melhor entendimento, parece resultar da legislação invocada que a apreciação dos projetos de arquitetura de uma obra sujeita a licenciamento, comunicação prévia ou procedimento pré-contratual, deve ser obrigatoriamente realizado por um arquiteto.

3. Propostas

Tendo em conta o antecedente, propõe-se o envio, conforme minutas anexas, de cópia da presente informação ao denunciante e à Câmara Municipal de Mirandela, neste caso, tendo em vista pronunciar-se sobre a situação denunciada.

A Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos (OASRN) acusa a ressecção do pedido de esclarecimento efetuado no dia 19 de agosto e, após contacto telefónico estabelecido no mesmo dia, vimos pelo presente um ponto da situação sobre o assunto:

No dia 15 de julho de 2010, a pedido da Câmara Municipal de Mirandela, foi enviado um parecer sobre a qualificação dos técnicos que apreciam e analisam os projetos de arquitetura, no qual a OASRN alertou para o cumprimento do disposto na Lei nº 31/2009 de 3 de julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de outubro, onde é definido que as funções de apreciar e analisar projetos de arquitetura, apenas cabem nas qualificações profissionais dos arquitetos.

A 18 de março de 2014 foi enviada nova carta á Autarquia, alertando para a situação, nomeadamente para a irregularidade no cumprimento do disposto na Lei nº 31/2009 de 3 de julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de outubro, na qual se destaca a seguinte informação:

- O nº 2 do artº 10 da Lei nº 31/2009 estabelece que: “Os projetos de arquitetura são elaborados por arquitetos com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos”

- O artº 5 da Lei nº 31/2009, refere que “ Sem prejuízo do disposto no nº 4 do art. 42º do Decreto-lei nº 176/98 de 3 de julho, no que respeita ao projeto de arquitetura, a Administração Pública e os donos de obra pública dotam os seus quadros de funcionários e trabalhadores com qualificação adequada para apreciar e analisar um projeto no âmbito de uma obra sujeita a licenciamento, comunicação prévia ou procedimento pré-contratual, podendo decorrer a entidades externas, dotadas de técnicos qualificados para esse fim, quando tal se revele conveniente para o cumprimento desta obrigação”

- o nº 4 do art. 42º do Decreto-lei nº 176/98 de 3 de julho (Estatuto da Ordem dos Arquitetos) estabelece que “ A intervenção do arquiteto é obrigatória na elaboração ou avaliação dos projetos e planos no domínio da arquitetura”

Infelizmente o legislador não fixou qualquer sanção para o incumprimento do disposto no artº 5º da Lei nº 31/2009 o que tem permitido a algumas autarquias prolongar esta falta que nos parece grave. Contudo, da experiência da SRN da O.A. verifica-se que a situação como a que parece persistir no Município de Mirandela é pontual.

No que concerne à questão da legitimidade ou capacidade da O.A. de intervir junto da Autarquia, de modo a que seja tomada uma atitude, cabe dizer que a Ordem, enquanto representante de uma classe profissional, pode interferir junto de uma entidade pública no sentido de fazer valer os direitos dos seus membros e em algumas situações mesmo judicialmente. No entanto, em face do exposto e no caso em concreto a nossa sua intervenção será sempre mais limitada, no sentido de interpelar, no caso em concreto, a autarquia, apontando as irregularidades existentes.

Iremos continuar a acompanhar a situação em apreço e tentar que, de algum modo, possa ser corrigida.

Agora para terminar desejo a todos os Deputados Municipais um Feliz Ano Novo, bem como ao Executivo e Mesa da Assembleia.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero dizer que em relação aos documentos apresentados tanto nas Reuniões do Executivo, bem como na Assembleia, eu julgo que os documentos estão bem redigidos, aliás, os documentos apresentados passam sempre pelo Gabinete de Apoio Jurídico, que nós ainda nem tivemos tempo de classificar. Por isso estamos a trabalhar com todos os trabalhadores, com exceção daqueles que faziam parte do gabinete de Apoio à Presidência e Vereação, por isso estamos a trabalhar com todos os trabalhadores do Município.

Esta questão de alterar a Orgânica, o documento se está bem ou mal redigido compete ao Jurista avaliar, e eu não sou Jurista.

Aquilo que eu faço é, fazer passar todos os documentos e Protocolos, ao contrário do que acontecia no passado, o que eu faço é fazer passar todos esses documentos no Gabinete de Apoio Jurídico e portanto a minha confiança neles é inabalável, mas é uma questão que teremos de avaliar mais à frente.

Em relação aos projetos de arquitetura na Câmara Municipal de Mirandela serem analisados por um Engenheiro Civil essa também é uma questão que nos preocupa, pois existem orientações quer da Ordem dos Arquitetos, quer da Inspeção Geral de Finanças, como referiu o Senhor Deputado Arquiteto *Figueiredo*, poderá ser questionada essa situação, pois julgo que era a isso que se estava a referir, pois é uma questão bem conhecida a nível Nacional, a questão da profissão Engenheiro, Arquiteto.

Para terminar gostava de desejar a todos um Bom Ano de 2018, com muitos sucessos profissionais, pessoais e políticos, pois o sucesso de cada um de nós também é o sucesso do Município e do concelho de Mirandela.

## 2.º Período da Intervenção do Público

### 8. – 2.º Período da Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:

Está alguém no público que queira intervir.

Faça o favor de se dirigir ao púlpito e fazer a sua apresentação.

----- A Senhora munícipe *Fátima Pimparel* disse:

Sou *Fátima Pimparel*, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Deputados e Executivo, eu vim assistir à Assembleia, como uma curiosa e no decorrer dos trabalhos da Assembleia fui consultar o vosso Regimento que está publicado no site; no artigo 40º diz que nenhum membro da Assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção, o que eu vi aqui hoje foi muita gente que não votou vários pontos e que assinaram as senhas de presença, talvez se houvesse um intervalo para que as pessoas pudessem sair para poderem comer, fumar, irem à casa de banho, mas agora haver pontos para votação e com muita gente fora da sala parece-me que está em desrespeito com o artigo 40º. Ou então fazerem uma alteração ao vosso Regimento, de maneira a que as pessoas se possam ausentar livremente e votar só quando quiserem e muito bem entenderem.

Tenho dito e desejo um Feliz Ano a todos.

O Senhor Presidente da Mesa informou a Senhora *Fátima Pimparel* que as contagens foram feitas e se não estavam presentes, logo não votaram, o seu voto não contou nem a favor nem se absterão, mas só fica registado os votos dos presentes, mas acho a sua questão pertinente.

----- O Senhor munícipe *Fernando Graço* disse:

Chamo-me *Fernando Graço*, muito boa tarde a todos, sou da freguesia das Aguieiras mas resido cá em Mirandela. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores os novos e os mais antigos, senhores Presidentes de Junta. Nestes cumprimentos também tenho que cumprimentar uma pessoa, o senhor Eng.º *António Almor Branco*, pois ele também fez muito trabalho cá em Mirandela. Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para ele, mas também sei que não é permitido, mas se não o fizesse não estava a ser realista comigo, e endereçar-lhe as maiores felicitações. Antes de apresentar a minha questão, que é em relação ao Parque do Império, alguém da bancada do CDS disse numa reunião em Maio, disse que o Parque do Império era uma zona emblemática de Mirandela. Concordo plenamente, mas já há muito mas muito para fazer. Pergunto à Senhora Presidente da Câmara já com dois meses de mandato se sabe se naquele parque de estacionamento (antigo dos táxis) se há algum lugar cativo, pergunto isso porque? Porque há lá viaturas estacionadas dias, semanas e até meses, e se calhar até anos, e alguns até já sem baterias, e quando aparecem pessoas de outras localidades, inclusive estacionamento para deficientes que lá não existe. Pois eu estava de serviço e apareceu uma carrinha de *Famalicão* com deficientes e não havia um lugar reservado.

Agora vou sugerir ao novo Executivo a colocação de paquímetros naquela zona, pois ali faz muita falta.

Tenho dito e desejo felicidades a todos, à Senhora Presidente da Câmara, senhores Presidentes de Junta e a todo o Auditório aqui presente o meu muito obrigado

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues* disse:

**Senhor Presidente, Senhores Deputados.**

É com todo o gosto que respondo a uma intervenção feita pelo público, realmente é um problema que existe em Mirandela é o abandono das viaturas. Felizmente muitas já foram identificadas, tanto nesse estacionamento, como no da Praça do Mercado, já começamos a fazer esse levantamento pois todas as viaturas abandonadas em princípio tem um proprietário e temos que ter a

colaboração da PSP, para procedermos às notificações, para poderem ser removidas dos locais. São realmente também uma das nossas preocupações, pois estão a congestionar o estacionamento, e a prejudicar quem quer estacionar, para depois ir as compras e no próximo ano já vamos acautelar essas situações bem como o acesso a deficientes a lugares públicos.

Bom Ano a todos e viva Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:**

Antes de encerrar a Sessão queria partilhar convosco algumas questões e apreciação sobre esta nossa Assembleia de hoje.

Primeiro quero confessar-vos que senti nestes dois últimos meses alguma apreensão em relação à forma como esta primeira reunião iria decorrer, pois, muitos pregadores da desgraça me tentaram fazer crer que ela seria um verdadeiro campo de batalha. Nada de mais errado. A Forma como a mesma decorreu, leva-me necessariamente a ter que tecer um elogio muito sincero a todos os Deputados, pela correta e exemplar forma de debater e colocar as suas ideias e pontos de vista.

Tudo isto acabou por se tornar extremamente fácil para um iniciante como eu, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia.

O elevado nível como os trabalhos decorreram, traduzem-se uma vez mais numa lição. Uma lição de ética e de democracia. E por falar em democracia, claro que detetei aí algumas interpretações sobre a mesma que não posso deixar de rebater.

Ora bem, eu continuo a pensar que a democracia tem a ver com a expressa vontade de cada um fazer e dizer aquilo que quer, por muito que diversas pessoas assim o não entendam.

A prova mais evidente de que assim é e de que as pessoas agem por vontade própria, foi bem demonstrado aqui hoje nas eleições que se realizaram, quando um dos nossos deputados candidato a duas representações da Assembleia, é preferido para um dos cargos e preterido para o outro.

Não há traidores meus amigos, são as opções das pessoas em função do que se lhes apresenta e da liberdade que tem para exercer a suas escolhas.

Isto sim, chama-se democracia.

Eu queria pedir a todos encarecidamente o seguinte: a ética, na nossa casa é muito importante. Mas essa ética deve ser exercida aqui dentro, mas também lá fora, naquilo que dizemos sobre a nossa casa e naquilo que escrevemos sobre a nossa casa.

E por vezes isso não acontece por parte de pessoas que respeito e quero continuar a respeitar.

Deixo, portanto, este alerta para bem da nossa Assembleia Municipal, pois ainda há bem pouco tempo li mais um artigo de jornal perfeitamente sobre alguns de nós, a falar de mistérios e mais mistérios

E eu vou responder a esse artigo com um poema de *Alberto Caeiro*.

O mistério das coisas, onde está ele?  
O mistério das coisas, onde está ele?  
Onde está ele que não aparece  
Pelo menos a mostrar-nos que é mistério?  
Que sabe o rio e que sabe a árvore  
E eu, que não sou mais do que eles, que sei disso?  
Sempre que olho para as coisas e penso no que os homens pensam delas,  
Rio como um regato que soa fresco numa pedra.  
  
Porque o único sentido oculto das coisas  
É elas não terem sentido oculto nenhum,  
É mais estranho do que todas as estranhezas  
E do que os sonhos de todos os poetas  
E os pensamentos de todos os filósofos,  
Que as coisas sejam realmente o que parecem ser  
E não haja nada que compreender.  
  
Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam sozinhos:  
As coisas não têm significação: têm existência.  
As coisas são o único sentido oculto das coisas.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 20 horas.

*[Handwritten initials]*

O Presidente da Assembleia Municipal;

*[Handwritten signature]*  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária;

*[Handwritten signature]*  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

*[Handwritten signature]*  
José António Costa Ferreira